

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CESAR HENRIQUE SANDRI

**UM ESTUDO DE CASO DO SOFT POWER BRASILEIRO: O PROGRAMA DE
ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) DURANTE O GOVERNO
LULA (2003 – 2010)**

PORTO ALEGRE

2018

CESAR HENRIQUE SANDRI

**UM ESTUDO DE CASO DO SOFT POWER BRASILEIRO: O PROGRAMA DE
ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G)**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por acreditarem tanto em mim e por fornecerem todo o amparo que necessito. As constantes renúncias, preocupações e cuidados ao longo das etapas da vida foram imprescindíveis para a construção da minha trajetória. Obrigado do fundo do coração por todo o apoio e confiança depositados em mim.

A minha avó, que é a pessoa mais bondosa e com o maior coração que eu já conheci. Te admiro muito e serei eternamente grato por todos os esforços que foram necessários ao longo da minha graduação.

Arthur, por todo amor e paciência. Ao teu lado os dias são mais leves.

Agradeço ao meu orientador, Prof. André Reis pelo apoio e disponibilidade em me auxiliar na construção desse trabalho. Também, quero agradecer à Prof. Sonia pela primeira experiência e contato com a pesquisa acadêmica. O ano que fui bolsista de Iniciação Científica foram fundamentais para a minha formação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao povo brasileiro, que através da sua inabalável resiliência torna possível a manutenção de uma instituição pública de qualidade. Espero retribuir da melhor forma possível.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise do Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC – G) enquanto estratégia da política externa brasileira de poder brando. Para isso, lança-se a hipótese de que o programa gera tais recursos de poder, limitando-se a uma área de atuação que envolve países do Sul Global. No cenário internacional pós-Guerra Fria, aspectos culturais e educacionais se tornaram relevantes na projeção de um Estado, em detrimento do poder militar e econômico puro e simplesmente. Nesse sentido, a agenda dos atores internacionais adquiriu novos aspectos, como a cooperação educacional de caráter horizontal e solidário. Com essa nova agenda internacional, a educação superior se configura como um dos principais meios de cooperação internacional para o desenvolvimento da política externa de um país. No caso brasileiro, o PEC-G se manteve desde sua criação, em 1965, como uma importante ferramenta para a projeção do país, especialmente durante o governo Lula da Silva (2003-2010).

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; PEC-G; Cooperação Educacional; Poder Brando; Diplomacia Pública.

ABSTRACT

This research aims to carry out an analysis of the Student Agreement - Graduate Program (PEC - G) as a strategy of the Brazilian foreign policy of soft power. To this end, it is hypothesized that the program generates such power resources, limiting itself to an area of action involving countries of the Global South. In the post-Cold War international scene, cultural and educational aspects have become relevant to the projection of a State, to the detriment of military and economic power pure and simple. Therefore, the agenda of international actors has acquired new aspects, such as educational cooperation of a horizontal and solidarity nature. With this new international agenda, higher education is one of the main means of international cooperation for the development of a country's foreign policy. In the Brazilian case, the PEC-G has remained since its creation, in 1965, as an important tool for the projection of the country, especially during the Lula da Silva administration (2003-2010).

Keywords: Brazilian Foreign Policy; PEC-G; Educational Cooperation; Soft Power; Public Diplomacy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE PODER BRANDO: DIPLOMACIA PÚBLICA, DIPLOMACIA CULTURAL E DIPLOMACIA EDUCACIONAL	11
2.1 INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA.....	11
2.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PODER BRANDO.....	13
2.3 DIPLOMACIA PÚBLICA.....	18
2.4 DIPLOMACIA CULTURAL.....	23
2.5 DIPLOMACIA EDUCACIONAL.....	28
3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PODER BRANDO.....	30
3.1 HISTÓRICO DA DIPLOMACIA PÚBLICA E CULTURAL NO BRASIL.....	30
3.2 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO....	38
3.3 HISTÓRICO E PROPÓSITOS DO PROGRAMA DE ESTUDANTES – CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G).....	41
3.4 O PEC-G DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010).....	49
4 CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

A agenda positiva da política externa brasileira nos últimos anos, dotada de um protagonismo crescente e ativo dentro do sistema internacional, tem favorecido, desde o governo Lula da Silva, o fortalecimento da integração Sul-Sul e das relações de cooperação com países em desenvolvimento. Partindo-se desse pressuposto, as ações do governo brasileiro no âmbito das relações diplomáticas culturais inserem-se no novo contexto de Era da Informação (NYE, 2004). Os desafios dos novos tempos são muito mais sutis e valoriza-se a credibilidade e o poder brando de um Estado.

A presente monografia buscará analisar o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), administrado pelo Ministérios das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação, e relacioná-lo, como instrumento de política externa brasileira, ao conceito de soft power ou poder brando, criado por Joseph Nye em 1990 e teorizado em 2004, por publicação específica.

Dessa forma, os intercâmbios educacionais, dentro da conceituação de diplomacia pública e cultural, entendidos como instrumentos de política externa, auferem ao Estado maior facilidade e durabilidade na inserção dentro do sistema internacional, garantindo a eficácia, a longo prazo, das políticas pretendidas pelo país. Um Estado obtém o que pretende porque outros países o admiram e aspiram os níveis de prosperidade e de liberdade que ele detém, portanto, é importante a construção de uma agenda menos coercitiva e que favoreça processos políticos mais abertos, democráticos e sociais (NYE, 2014, p.19-22).

As obras de Nye tornaram-se, desde as suas publicações, essenciais para entendermos as relações entre os países e o jogo internacional. Os conceitos de poder brando, “hard power” e “smart power” devem ser compreendidos para uma análise completa das relações internacionais. As políticas governamentais internas e externas tem relação direta com o aumento ou a diminuição de tais poderes.

Assim, em contraponto a visão que considera apenas as capacidades tangíveis na avaliação de poder dos Estados, a teoria da interdependência oferece uma conceituação que acrescenta aspectos intangíveis nessa análise. Aspectos como cultura, valores políticos e política externa são considerados como fonte de um poder dos Estados (NYE, 2004)

A técnica de pesquisa desse trabalho consiste em revisão bibliográfica teórica conceitual e análise de dados. Utiliza-se de bibliografia para embasar argumentos à respeito da política externa brasileira e os conceitos que englobam o poder brando, buscando, assim, identificar elementos que caracterizem nossa política externa quanto aos processos de desenvolvimento da diplomacia pública e cultural no que tange ao PEC-G. A análise de dados e documentos oficiais sobre o programa serve de base para verificarmos a efetividade, abrangência e caráter do mesmo acerca da promoção do poder brando brasileiro, verificando os processos dos quais a política externa brasileira emprega para fortalecer o país no cenário internacional. No que tange o estabelecimento de valores entre os aspectos qualitativos e quantitativos no estudo, Cresswell (2010) discorre sobre a priorização de um dos métodos. Nesse trabalho, a análise da forma qualitativa possui um maior peso, uma vez que, desde o início, a intenção foi traçar as relações entre o PEC-G, sendo um programa de cooperação educacional, e o conceito de poder brando dentro da diplomacia pública e cultural brasileira.

As hipóteses para esse trabalho dizem respeito à (i) relação que o PEC-G apresenta, enquanto programa da política externa brasileira, com o poder brando brasileiro. Também, de maneira auxiliar, (ii) acredita-se que o programa, por ter abrangência limitada, gere resultados restritos aos países participantes

A carência de estudos que relacionam aspectos da política externa brasileira aos conceitos desenvolvidos por Nye permeia toda a bibliografia nacional sobre relações internacionais. O foco preponderante das análises, nesse caso, se concentra na questão político-econômica, não priorizando e tornando a diplomacia cultural ausente nos estudos brasileiros, bem como das análises históricas da política externa de nosso país (SUPPO, 2003).

Uma análise dentro da bibliografia existente sobre os temas poderá contribuir para alguns esclarecimentos a respeito do fortalecimento, ou da ineficiência do “soft power” brasileiro junto aos países participantes do programa e em que medida, ou de que maneira, isso afeta ou não, a posteriori, a inserção brasileira no jogo político internacional. As ações concretas de estreitamento dos laços sociais, culturais e políticos, como o PEC-G, visam atrair de maneira legítima e duradoura atores internacionais para a área de influência da política externa brasileira. Cabe, portanto,

avaliar o nível de efetividade desse dispositivo de cooperação educacional nos termos do “soft power”.

Nesse movimento de reconfiguração da agenda internacional que ganhou força ao final do século XX e tomou forma, no caso brasileiro, no início do governo Lula, a cooperação internacional surge dentro de uma janela de oportunidade relacionada a reconfiguração da arquitetura do desenvolvimento internacional.

Ao se pensar em política externa brasileira, geralmente, orientamos as análises ao comércio exterior. No entanto, há diferentes fontes de poder para associarmos a inserção do Brasil na agenda internacional, como, por exemplo, a esfera política, cultural, tecnológica e ideológica. A inserção internacional corresponde a um maior controle de recursos, orientada de acordo com determinados interesses e objetivos. Segundo Paulo Vizentini (2003), durante quatro séculos o Brasil buscou sua inserção por meio das potências europeias, seja Portugal ou, posteriormente, Inglaterra. No início do século XX, o eixo foi transferido para os Estados Unidos. Apenas no final dos anos 1960 o Brasil buscou ampliar sua inserção internacional com uma política externa pautada no multilateralismo. Tal formatação da política externa, respeitando as configurações que variam de acordo com a conjuntura sócio-política, manteve como primordial uma agenda que valorizasse a credibilidade das relações exteriores brasileira, a expressão econômica e a atração cultural.

Nesse contexto, o que Nye nos aponta em suas obras é que há uma relação fundamental entre credibilidade e poder brando. Vimos, conforme o autor cita em exemplo, que no período de pré-invasão do Iraque, a administração de George W, Bush concentrou esforços em provar que Saddam Hussein possuía armas de destruição. Ainda segundo Nye, na era da informação, a competição política esta fortemente relacionada com a disputa no âmbito do poder brando. Os autores competem para ver qual história tem a melhor versão e aceitação da opinião pública (Nye, 2004. p. 106).

Para a obtenção dos objetivos propostos, o presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro trata-se da introdução da monografia. O segundo capítulo traz a criação e reconstrução teórica do conceito de soft power. Para isso, lança-se mão da análise teórica de conceitos relacionados a política externa, como a diplomacia pública e cultural, bem como de uma revisão bibliográfica a cerca da corrente teórica da Interdependência Complexa, fundamental para o entendimento

das transformações dentro do sistema internacional no contexto de emergência de uma governança que demanda uma cooperação extensiva e menos hierarquizada.

O terceiro capítulo apresenta a estrutura da diplomacia educacional brasileira, mais especificamente, no objeto de pesquisa do presente trabalho: o PEC – G. Nesse capítulo há uma análise quantitativa e qualitativa do programa e busca-se relacioná-lo com a política externa brasileira, especialmente durante o Governo Lula, na qual há o protagonismo das relações multilaterais em uma agenda positiva. Por fim, o último capítulo retoma os temas já discutidos para apresentar suas considerações finais.

2 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE PODER BRANDO: DIPLOMACIA PÚBLICA, DIPLOMACIA CULTURAL E DIPLOMACIA EDUCACIONAL

Esse capítulo tem como função apresentar e definir os conceitos que serão os cernes teóricos para o desenvolvimento da pesquisa. Ao considerar-se o objetivo de analisar o Programa de Estudantes - Convênio de Graduação promovido pelo governo brasileiro como instrumentos da diplomacia pública, cultural e educacional e relacioná-lo com o conceito de poder brando, tais termos serão expostos e conceitualizados.

A crescente complexidade do sistema internacional é caracterizada pela heterogeneidade dos atores e pela importância de questões que vão além de uma agenda de segurança. Uma lógica de coletividade institucionalizada que surge com a reorganização do sistema mundial faz ser necessário uma elucidação a respeito de questões e conceitos que envolvem não somente Estados Nacionais, mas, também, atores supranacionais, como OIs e multinacionais.

2.1 INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

Em substituição a retórica da segurança nacional Robert. O. Keohane e Joseph S. Nye Jr., notadamente na obra conjunta “Poder e interdependência: a política mundial em transição” definem, com precisão descritiva, um novo conceito analítico nas relações internacionais. Chamando-o de Interdependência Complexa, os autores buscam um substituto ao Realismo a fim de legitimar as ações estadunidenses em um mundo no qual a cooperação internacional toma forma:

Na linguagem comum, dependência significa um estado de ser determinado ou significativamente afetado por forças externas. Interdependência, mais simplesmente definida, significa dependência mútua. Interdependência na política mundial refere-se a situações caracterizado por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países. (Keohane & Nye, 1989, p.8).

De acordo com os autores, a interdependência refere-se a “situações nas quais os protagonistas ou os acontecimentos em diferentes partes de um sistema afetam-se mutuamente”. (NYE JR., 2009, p. 250-251). Com essa definição, entende-se que os atores, partes de uma era de interdependência, estão sujeitos a uma relação de dependência mútua e isso pode tornar-se uma fonte de influência nas relações dentro do sistema. A teoria da interdependência não considera que o cenário internacional é dotado apenas de cooperação, mas que a emergência de um ator dependerá da manipulação de fatores da interdependência, implicando em custos e redução da autonomia.

Ainda na obra escrita em 1989, Keohane e Nye, na nova retórica proposta, elucidam sobre a não limitação do conceito de interdependência. Para eles, ela pode gerar tantos benefícios como custos elevados recíprocos e, não necessariamente, simétricos nas relações estabelecidas entre os autores. Os benefícios são entendidos como ganhos de um ator sobre a perda de outro ou, ainda, como ganhos de dois ou mais atores. Já os custos envolvem conceitos como sensibilidade e vulnerabilidade. O primeiro refere-se à quantidade e a velocidade dos efeitos da dependência, ou seja, em que medida e com qual ritmo uma mudança em um lado do sistema afeta os demais participantes e o grau de resposta dos mesmos dentro do contexto internacional, Já o segundo, entendido à longo prazo, trata dos custos das alterações estruturais políticas referente às regras do jogo (KEOHANE; NYE JR., 1988).

O conjunto dessas características, inerentes às relações de interdependências, é chamado pelos autores de Interdependência Complexa. Seus aspectos podem ser resumidos em aspectos como o menor emprego da força militar, a ausência de temas ordenados hierarquicamente e no estabelecimento de múltiplos canais de contato entre os atores.

Esses três fatores, essenciais dentro da teoria da interdependência, fazem dela uma oposição a escola realista. Segundo Di Sena Júnior (2002), Robert Keohane e Joseph Nye não deixam de considerar o modelo realista, mas contrapõem afirmando que as características ao redor do modelo realista (segurança e força militar) não são, sozinhos, suficientes para explicar a atualidade do sistema internacional. Para isso, os autores lançam mão de três características para definir a interdependência: (1) os Múltiplos Canais como conectores da sociedade nos níveis interestatais e transnacionais; (2) a agenda não hierarquicamente organizada das relações internacionais, evidenciando que o tema da segurança militar não é dominante na

agenda; (3) a não utilização da força militar por parte de um governo em relação a outro ator, quando a interdependência complexa seja prevalecte na área de interesse.

Uma agenda mais ampla das relações internacionais é o que os autores buscaram desenvolver e, para isso, utilizaram-se de uma teorização que contrapôs a teoria vigente na época. O Realismo e a Interdependência complexa passaram a coexistir enquanto matrizes dentro das quais as relações entre os atores envolvidos no contexto internacional podem se desenvolver.

Segundo Keohane e Nye

Como seria o mundo se três pressupostos básicos do realismo fossem invertidos. Esses pressupostos são que os estados são os únicos protagonistas importantes, a força militar é o instrumento dominante e a segurança é a meta dominante. Ao contrário, podemos postular uma política mundial muito diferente: 1) os estados não são os únicos protagonistas importantes – protagonistas transnacionais atuando através das fronteiras de estados são os maiores agentes; 2) a força não é o único instrumento importante – a manipulação econômica e o uso de instituições internacionais são os instrumentos dominantes; e 3) a segurança não é a meta dominante – a guerra é a meta dominante. Podemos rotular esse mundo antirrealista de interdependência complexa. (KEOHANE; NYE JR., 1988, p. 264)

Logo, emergem dessa teoria premissas que nos permitem interpretar os acontecimentos e as novas relações dentro do sistema internacional. Mudanças tecnológicas, financeiras, culturais e ambientais geram impactos nas decisões políticas dos governos, uma vez que afetam continuamente os indivíduos. A interdependência se relaciona, diretamente, à sociedade internacional, um ambiente no qual os atores possuem interesses comuns e são orientados por regras e instituições dentro de relações simétricas ou assimétricas.

2.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PODER BRANDO

Ao se estudar cooperação internacional, seja na área cultural, educacional ou em políticas de saúde e de alimentação, por exemplo, observa-se um fenômeno com

motivações, muitas vezes, pouco claras e visto como dispensável por muitas elites locais, conforme descrito por Robert Keohane “No estudo de políticas, talvez nada pareça tão sombrio quanto escrever sobre cooperação internacional.” (Keohane, R. 1984).

Para o autor, em um conceito bastante aceito e consolidado, cooperação internacional “é um processo de coordenação de políticas por meio do qual os atores (no caso os Estados) ajustam seu comportamento Às preferencias reais ou esperadas dos atores”. (Keohane, 1984). No entanto, devemos considerar a cooperação, segundo Keohane, como um processo e não como um estágio final dentro das relações entre os atores internacionais, existindo, primeiramente, um interesse comum entre eles e uma desarmonia dentro das relações existentes, visto que, iniciado o desejo na cooperação, fica demonstrada uma necessidade de ajuste de políticas governamentais.

Assim, cooperação para Keohane

Ocorre quando os atores ajustam seus comportamentos atuais ou antecipados, pela preferência dos outros, através de um processo de coordenação política. [...] Em resumo é quando a cooperação intergovernamental na política atual seguida por um governo, são consideradas pelos seus parceiros como um facilitador da realização dos seus próprios objetivos, como o resultado de um processo de coordenação política. (KEOHANE, 1984, p. 51-52)

Para uma melhor abordagem a respeito dos conceitos presentes nesse trabalho, é necessário termos claro duas óticas distintas, no que tange os Estados e suas relações, dentro dos estudos acadêmicos de Relações internacionais: o Realismo e a Interdependência (nota de rodapé 1). As abordagens das duas escolas de pensamento diferem nos estudos sobre cooperação internacional e o papel do Estado dentro do jogo político.

No Realismo, as relações dentro do sistema se dão entre os Estados e a motivação é a constante busca pelo poder. A dominação de um Estado sobre o outro ocorre como consequência da anarquia, competição e assimetria de poder desses atores. Isso se aplica tanto para Realistas defensivos, como Waltz (WALTZ, 1979),

quanto para Realistas ofensivos, como Mearsheimer. Portanto, o que se valoriza em um Estado são as capacidades e os recursos que ele dispõe para alcançar os seus objetivos. Fatores domésticos, como é o caso do objeto de estudo desse trabalho, são de importância secundária para esses autores. Segundo Ramalho da Rocha, dentro da escola Realista:

Os atores principais no sistema internacional são os Estados nacionais e sua interação consiste no mais importante processo em curso nas relações internacionais. (...) Os realistas clássicos não somente deixavam claro que haviam outros atores nesse sistema, além dos Estados nacionais, como também distinguiam os temas considerados mais importantes no plano internacional (aqueles que diziam respeito à segurança dos Estados) dos temas considerados menos relevantes, tais como as relações econômicas ou as ações de cooperação técnica, que apenas teriam lugar entre Estados cuja segurança já estivesse preservada.” (Ramalho da Rocha, A. J. 2001. Por uma compreensão crítica da teoria das relações internacionais. In: Revista Cena Internacional. 3 (1).

Dentro do modelo de Keohane e Nye, que fazem parte da corrente da Interdependência complexa e opõem-se ao Realismo, os Estados estão em crescente relação de interdependência e cooperação, tanto em nível governamental, quanto em nível sub-governamental. Há, para os autores, um exponencial crescimento de ligações entre os atores que diferem de temas clássicos da agenda Realista, como segurança, e o uso da força se faz cada vez menos necessário na medida em que tais elos aumentam. Também, dentro do pensamento de Keohane e Nye, os Estados não são os únicos presentes no jogo internacional, mas sim, coexistem com os demais grupos e interesses:

Alguns processos internacionais são marcados pela presença de maior número de atores participando do processo decisório, pela capacidade dos atores de inserir temas na agenda internacional e de interferir na formulação da política exterior dos Estados com relação ao tema em questão, por meio das relações preferenciais com algumas das agências burocráticas envolvidas no processo decisório em análise. (Ramalho da Rocha, 2001.)

Na esteira das formulações sobre cooperação internacional e o papel dos Estados dentro das relações à nível sistêmico, Nye formula o conceito que será a base para a elaboração desse trabalho: o conceito de poder brando (Nye, 1990). Para o autor, a dominação de um ator não se limita à forma tradicional de coerção e indução - sustentadas, sobretudo, pelas capacidades militares dos estados -, mas também, incorpora elementos como cooptação e atração. Segundo o autor, “poder brando é a habilidade de conseguir o que quer através de atração ao invés de coerção ou sanções” (NYE, 2004. P. 256). Nesse sentido, Nye acrescenta aspectos intangíveis, como cultura, valores políticos e política externa para um completo entendimento do sistema internacional.

Para os teóricos da interdependência, ainda que o realismo possua uma abordagem útil para o entendimento sistêmico dos Estados, ele é incompleto e insuficiente para compreendermos aspectos de um mundo cada vez mais globalizado e com ações cada vez menos objetivas e claras por parte dos atores que compõe a cena internacional. Segundo Nye, vivemos na Era da Informação – “informação é poder” (NYE, 2004, p.1) – e com uma crescente participação das instituições e regras internacionais na configuração global.

O poder brando é, pois, uma forma indireta, seja pela simulação dos valores e tradições ou pelo espelhamento do comportamento do Estado-líder, de um ator conseguir os resultados desejados (Nye, 2004). Além disso, Nye destaca que é através da diplomacia que os Estados executam esse poder brando. Contudo, é importante destacar-se que Nye não nos coloca o poder brando como o único poder inerente aos atores internacionais. Há, ainda, o poder duro, que é tangível e relacionado à posse de recursos, sendo, portanto, o poder brando, algo intangível relacionado às relações comportamentais.

Quadro 1 – Poder brando e poder duro

QUADRO 1: PODER BRANDO E PODER DURO			
Tipo de Poder	Comportamento	Fontes	Exemplos
Brando (<i>Soft</i>)	Atração; e cooptação	Qualidades inerentes; e comunicações	Carisma; persuasão, exemplo
Duro (<i>Hard</i>)	Ameaça; e indução	Ameaça, intimidação; e pagamento, recompensa	Demitir, rebaixar; e promover, compensar
Tradução: Matheus S. Gebhardt.			
Fonte: NYE, 2006, p. 3.			

Fonte: Nye, 2006. P. 3

Segundo Nye (2002), a conversão do poder potencial em poder real é a peça central para que um governo obtenha sucesso na política em questão, demandando uma estratégia efetiva dos tomadores de decisão. Essa estratégia deve ser sutil e, muitas vezes, invisível. É importante ressaltar que o poder brando pode ser dotado de recursos, algumas vezes militares, porém, o que vai torná-lo um poder brando são comportamentos específicos, sendo, segundo Nye, “o ajuste da agenda que é encarado como legítimo pelo alvo, a atração positiva e a persuasão” (NYE, 2012, p. 44).

Na esteira dos novos acontecimentos internacionais e contrapondo a Escola Realista, Nye expõe como relevante pensar-se no momento histórico no qual determinada ação é empreendida. Deve-se considerar a conjuntura internacional na aplicação da política governamental de modo que os resultados sejam os mesmos esperados no momento da tomada de decisão. “O petróleo não era um importante recurso de poder antes da era industrial nem o urânio era significativo antes da era nuclear (NYE, 2004, p.3).

Além das formulações de poder brando e poder duro, dentro da teoria da interdependência complexa, Nye lança mão o conceito de “smart power”. Segundo o autor, o poder brando é uma forma de influência e os atores internacionais usam de outras formas de influência, como ameaças militares e econômicas, sanções, bloqueios, ou seja, o poder duro.

Contudo, é válido ressaltar que classificar o soft power apenas como influência não transmite todo o conteúdo do termo. O soft power é uma forma de influência, que pode incluir também ameaças militares ou econômicas, ou seja, hard power (NYE,

2008). Para o autor, tal poder relaciona-se com o seguinte entendimento: “O Smart Power não é simplesmente o “soft power 2.0”. Refere-se à habilidade de combinar Hard Power e Soft Power em estratégias efetivas em vários contextos.” (NYE, 2011, p. 15).

Segundo Nye, ainda pode-se afirmar que combinar os recursos para atender as realidades estratégicas é mais importante do que apenas possuí-los:

Uma narrativa para o smart power no século XXI, não é somente sobre maximização do poder e manutenção da hegemonia. É principalmente, sobre encontrar caminhos para combinar recursos dentro de uma estratégia de **sucesso** em um novo contexto de difusão de poder e “ascensão dos outros atores. (NYE, 2011, p. 208)

Esse novo conceito, que surge após o 11 de setembro, foi largamente utilizado durante a administração de Barack Obama, contrapondo a organização da administração Bush que utilizava o hard power como diretriz da política externa.

2.3 DIPLOMACIA PÚBLICA

A atual revolução da informação, discutida por Nye em suas publicações (2007;2012), tem provocado fortes mudanças na organização internacional. Durante o século XX, a cultura e a identidade eram inerentes aos Estados, vinculadas, ainda, à noção de Estado Moderno Nacional. Já no século XXI, em uma era informacional e transnacional, tais temas deixam de ser legitimamente intrínsecos aos Estados e se tornam processos políticos internacionais fundamentais para uma completa compreensão da política mundial. As transformações político-sociais das últimas três décadas tornam os processos poucos possíveis de serem compreendidos se ancorados apenas em teorias do século XX, visto que a realidade da qual foram formulados os núcleos dessas teorias já não é mais a mesma. Enquanto correm os processos humanos, as teorias, na maioria das vezes, estáticas, perdem o seu valor (Silva, 2005).

Bem como o posicionamento dos atores no cenário internacional, as narrativas teóricas também passam por ciclos que estimulam ou desconsideração as possibilidades de cooperação entre os Estados. Com base nessa perspectiva, essas transformações geram, tendo em conta o poder brando, uma difusão das ações governamentais. No entanto, apesar de o debate sobre a diplomacia pública ser recente, tem-se claro que que ela tem grande valor para que a diplomacia tradicional alcance seus objetivos.

Enquanto à diplomacia tradicional está mais voltada à segmentos restritos da sociedade, como as elites políticas e econômicas (WOLF e ROSEN, 2005), a diplomacia pública objetiva chegar à diferentes camadas sociais, influenciando a opinião pública internacional. Ainda, deve-se ressaltar que, apesar do aspecto indireto de influenciar o governo estrangeiro ao exercer influência direta nos cidadãos, a diplomacia pública tem como fim último chegar até o centro de decisão dos Estados considerados relevantes para a política externa do Estado que a promove. Segundo Murrow:

A Diplomacia Pública trata da influência das ações públicas sobre a formação e execução das políticas externas. Para além da diplomacia tradicional, ela incorpora dimensões das relações internacionais; o desenvolvimento/tratamento/promoção da opinião pública pelos Governos junto de outros países; a interação de grupos e interesses privados entre países; a comunicação de temas de natureza externa e o seu impacto na política; a comunicação entre aqueles cujo trabalho é comunicar e os diplomatas e correspondente estrangeiros; e o processo de comunicação intercultural. (Murrow, 2009).

Dessa forma, a Diplomacia pública não deve ser pensado como fase final da política externa de um país, mas sim, desde o início de qualquer formulação que vise exercer impacto em outros atores do sistema internacional. Além disso, há que se atentar para o fato de que ambas as diplomacias devem ser complementares e não estar em oposição ou sendo formuladas de modo dissociado pelo corpo diplomático de um país. Em último caso, a diplomacia pública exerce um papel fundamental dentro do Estado, garantindo a manutenção da comunicação e do vínculo entre os atores quando as relações diplomáticas tradicionais se deteriorarem ou se romperem. (NOYA, 2007. P. 93).

A diplomacia pública, apesar de ser um conceito bastante abrangente e de origens incertas, tem-se como aceito o seu nascimento no século XIX, dentro do governo francês e a paralela criação da Aliança Francesa. Apesar disso, apenas no século seguinte os Estados Unidos lançaram mão dessa diplomacia, durante o governo de Woodrow Wilson e o seu aprofundamento ocorreu durante a Guerra Fria, momento em que tanto os americanos, quanto os russos, utilizaram-se da diplomacia pública para fortalecerem a forma como o mundo os via. O Surgimento de uma nova diplomacia, segundo Hans Tuch, ocorreu devido à quatro fatores: a crescente relevância da opinião pública no cenário mundial devido à revolução no acesso às informações; o crescimento no número de Estados no pós-guerra; as disputas ideológicas no campo das ideias; a importância das percepções e estereótipos construídos no imaginário das populações. Tais motivos foram fundamentais para que, durante o século XX, a diplomacia pública ganhasse solidez e fosse parte das agendas dos governos.

Nye (2008, p. 101-102) classifica as dimensões da diplomacia pública em três recortes temporais e, respectivamente, as diferentes formas de promoção da imagem de um Estado representado para que se faça valer seus interesses no cenário internacional. A primeira das medidas é a praticada a curto prazo, denominada “comunicação diária”, consiste em um processo de comunicação mais direta com a imprensa internacional, na qual seleciona-se as informações relevantes e, também, organiza-se para o enfrentamento de crises imediatas. A segunda medida é a denominada “comunicação estratégica”, de médio prazo. Tal comunicação é voltada à campanhas publicitárias e políticas, envolvendo planejamento de eventos internacionais e reforçando temas centrais do governo, além de ser usada para adiantar políticas governamentais específicas. Já as medidas de longo prazo envolvem o fortalecimento das relações de longa duração com os demais atores internacionais, através de bolsas de estudo, intercâmbios, seminários e acesso aos canais de comunicação por exemplo.

Dessa forma, constrói-se o cenário adequado para a atuação da diplomacia pública, combinando essas três formas de operação de acordo com o corte temporal e a ação pretendida. Ao se construir a política externa levando-se em conta essa forma de diplomacia, o governo promoverá a instrumentalização dos recursos de poder brando, uma vez que sua cultura, seus valores políticos e sua política externa, que

são recursos geradores de poder, facilitarão o alcance individualizado dentro das sociedades interlocutoras (NYE, 2008, p. 96)

Essa conceituação trazida por Nye a respeito da diplomacia pública, dialoga com o conceito desenvolvido por Mark Leonard (2002), amplamente utilizado academicamente. Segundo o autor, nesse processo temos três dimensões: a transmissão de informação, a distribuição de uma imagem positiva do país e a construção de lações duradouros que criem um ambiente favorável para a política externa. Na primeira dimensão, encontram-se as comunicações diárias e costumeiras que dão, em certa medida, suporte à diplomacia tradicional. É nessa perspectiva que se situam os canais de comunicação, considerados instrumentos úteis e fundamentais para a diplomacia pública. A segunda dimensão se trata da construção de uma imagem favorável do país, através da disseminação de mensagens estratégicas no cenário internacional. A terceira dimensão engloba as atividades que visam a construção de relações duradouras com os demais atores. É nessa dimensão que reside o objeto desse trabalho: intercâmbios educacionais. Além dos referidos intercâmbios, há a inclusão nessa dimensão de conferências, seminários, ensino de idiomas e etc. (LEONARD, 2002, p. 8-21).

É fundamental destacarmos a importância da comunicação e da informação nos dias atuais. Um Estado que tem seu discurso político criado de forma que consiga atrair a opinião pública, definindo a informação que deseja repassar e a forma na qual essa mesma informação deverá ser repassada terá muito mais possibilidade de sucesso e chances de que seu discurso seja aceito e disseminado. Segundo Nye (2008, p. 101), conquistar uma imagem positiva e direcionar as ações do Estado para a sedução do interlocutor fazem com que haja o fortalecimento das relações a longo prazo e crie-se um ambiente favorável às ações que são pretendidas ou que venham a ser objeto da política externa de determinado país. Portanto, a diplomacia deve objetivar conquistar o interlocutor estrangeiro e promover os valores e interesses de uma sociedade para que sejam disseminados com sucesso.

O fundamento reside na pretensão de construir e divulgar, publicamente, uma determinada imagem do país, de promover um conjunto de valores, de justificar uma determinada ação ou de induzir a comunidade internacional para a aceitação pacífica de uma dada intervenção, e de angariar um capital

de simpatia suscetível de dar eficácia à política externa delineada. (ALMEIDA, 2003, p. 63)

A popularidade da diplomacia pública, devido à nova configuração do espaço mundial, ocorreu, portanto, no pós-guerra. No entanto, o termo foi descrito pela primeira vez em 1965, por Edmund Guillion, professor da Fletcher School of Law and Diplomacy, da Tufts University, nos Estados Unidos. Na década de 1970, o governo americano adotou o termo para designar os seus programas internacionais que buscavam influenciar a opinião externa.

Segundo Nye (2008), a diplomacia pública foi fundamental para a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria ao passo que o governo americano promoveu intercâmbios, visitas, propagandas e acordos que fortalecessem a ideologia capitalista americana e neutralizasse as tentativas soviéticas. A disputa, portanto, se deu no campo do poder brando. “A batalha de valores e ideias que dominava as relações internacionais na segunda metade do século XX, evoluiu para competição na esfera do hard power, e não vice-versa.” (LEONARD; STEAD; SMEWING, 2002, p.1).

É importante destacarmos que ocorrem algumas imprecisões ao se utilizar o termo diplomacia pública. Por ser um conceito, relativamente, moderno, sua consolidação não ocorreu de modo que fosse de uso comum e preciso ao se tratar das questões de política externa de um governo. O próprio governo americano utiliza o termo para contextualizar eventos passados que mais se associam com propagandas midiáticas do que com ações diplomáticas. Termos como “diplomacia cultural”, “propaganda estrangeira”, “relações públicas internacionais” e “diplomacia midiática”, por exemplo, são recorrentes em grandes canais de comunicação global. (KENDRICK, 2004; MELISSEN, 2005). Tal noção, apesar de não ser inteiramente incorreta, engloba apenas parte do que é diplomacia pública, considerando-a apenas como última etapa do processo diplomático de um Estado. Conforme define Moreira (2004)

A diplomacia pública, preservada da contaminação da simples propaganda, parece que merece autonomizar-se justamente em função da autonomização da opinião pública, hoje com uma clara dimensão transnacional. Não se trata apenas de que o método diplomático já não está reservado às relações de Estado a Estado, mas porque o Estado em crise de soberania, tem que

relacionar-se com as organizações internacionais privilegiadas como a ONU ou a OTAN, e também com a nova realidade das redes legais que parecem assumir uma nova forma de governança do transnacionalismo. (Moreira, 2004, p.16).

Conforme exposto acima, percebe-se a forte relação entre a diplomacia pública dirigida por um país e o poder brando obtido na inserção do mesmo no cenário internacional. A construção e fortalecimento de laços entre as sociedades e a valorização de atores não estatais na promoção da política externa para a organização de um ambiente internacional favorável nos faz entender a importância dos intercâmbios educacionais. Dessa forma, há a afirmação dessa importância e valorização dessas formas de desenvolvimento do poder brando por parte governos nos dias atuais conforme disserta Leonard; Stead e Smewing (2002, p.1), “Na verdade a diplomacia pública é sobre a construção de relacionamentos: compreendendo as necessidades dos outros países, culturas e povos; comunicando nossos pontos de vista; corrigindo equívocos; procurando áreas onde podemos encontrar uma causa comum.”

2.4 DIPLOMACIA CULTURAL

O primeiro país a reconhecer a diplomacia cultural como fator fundamental para as relações entre os países no cenário global foi a França. Além de pioneira, foi, por muitos anos, a referência da política cultural do Brasil no exterior. A estratégia francesa era simples, porém, valorosa: levar o ensino da língua francesa ao mundo, ampliando, assim, sua influência. Em 1979, foi elaborado o Relatório Rigaud sobre as relações culturais francesas no exterior. Tal relatório definiu a estratégia francesa: rejeitar imposições culturais, sejam diretas ou indiretas, centrando-se nas relações recíprocas de cooperação. Ao definir sua política exterior nesses parâmetros, a França tentava romper o monopólio linguístico inglês.

De acordo com Ribeiro:

No Quai d'Orsay, o modesto Bureau des Écoles et des Oeuvres Françaises à L' Étranger, criado em 1910, deu origem ao poderoso departamento de Direção Geral para as Relações Culturais, Científicas e Técnicas, hoje responsável pela coordenação da política cultural externa da França. Esse esforço é feito em estreita cooperação com os Ministérios da Educação, da Cultura, e das Comunicações, além de entidades como a Radio France Internationale (RFI), o Instituto Nacional de Audiovisual (INA) e o Intermedia. As ações de todas essas instituições repercutem no exterior graças ao entrosamento permanente com o Quai d'Orsay. (RIBEIRO, 1989, p. 55).

Segundo a página da embaixada francesa no Brasil, “a política de promoção do francês atinge 110 milhões de estudantes em mais de 130 países e conta com um corpo docente de 850.00 professores”. Nesse sentido, a importância da Aliança Francesa, rede de centros educacionais sem fins lucrativos que se dedicam ao ensino da língua francesa como língua estrangeira, é fundamental. A rede, apoiada pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros da França e que recebe subsídios do governo francês, constitui como um dos maiores sucessos da política externa francesa. No Relatório Rigaud, afirma-se que é uma responsabilidade alienável do Estado auxiliar e supervisionar o processo dos programas culturais no exterior (RIBEIRO, 1989, p.70).

Os esforços e recursos dos Estados dispendidos nas relações culturais se tornaram maiores e foram viabilizados pela revolução tecnológica durante o século XX. Os Estados, ao procurarem projetar seus valores, demonstram a percepção clara de que a cultura tem um papel de estímulo dos mecanismos de compreensão e redução das barreiras entre os povos, bem como da redução das áreas de desconfianças e instabilidades.

Conforme demonstrado anteriormente, a cultura, para Nye, é um dos pilares de sua definição de poder brando. Dessa forma faz-se necessário, embora não seja objeto do presente trabalho, definir o que seria cultura. Para o sociólogo e cientista político Marcel Merle, cultura é “um conjunto de sistemas de valores e representações que determinam o comportamento dos membros de um grupo permitindo que esse grupo afirme sua identidade” (MERLE, 1985, p.1).

Já Wendy Grislow define cultura como “lado expressivo da vida humana, em outras palavras, comportamento, objetos, e ideias que podem ser entendidas para expressar, ou para significar alguma outra coisa.” (2003, p. 12). Toda cultura tem sua própria lógica, porém, o autor ressalta que o habitual é considerarmos lógico apenas o próprio sistema e irracional tudo o que foge disso.

Stuart Hall nos traz um conceito relacionado com a sociedade atual, pós-moderna, em constante processo e de identidades variáveis e provisórias:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 1999, p. 12)

Além dessas definições de culturas, relativamente, básicas, faz-se necessário acrescentar a visão da historiadora Marilena Chauí, na qual fica claro sua percepção de cultura como conjunto de valores e modos de visão de determinado povo. Para Chauí, (apud, BARACHO e REIS, 2001), “a cultura constitui um campo de símbolos, de valores e de comportamento diferenciador no interior da sociedade, diferença produzida seja pela divisão social das classes, seja pela pluralidade de movimentos e grupos sociais”. Assim, reafirmando as demais conceituações, a autora torna claro que a cultura pode se configurar como um sistema de propagação de valores e ideais através de uma rede de trocas de bens simbólicos. Para tal autora, a difusão cultural promovida pelos Estados é uma ação coordenada e sistemática, ou seja, uma política governamental centrada no Estado e executada pelo seu aparato institucional (escolas, serviço militar, funcionalismo público e etc.), mesmo que não seja ele próprio o responsável pela construção e estabelecimento dos fatores materiais e imateriais formadores da cultura (CHAUÍ, 1989).

Todas essas definições de cultura nos ajudam a entender o quão incerto, abrangente e complexo pode ser definir uma área que sofre constantes mudanças e está sujeita às adaptações da sociedade às novas conjunturas impostas dentro de um sistema de organização social. Ao se tentar vincular cultura e política externa, em um

conceito bastante fronteiriço, devemos lançar mão da visão da diplomacia cultural do Parlamento Britânico, cujo Comitê de Relações Exteriores expôs:

Nós concluímos, portanto, que diplomacia cultural, como entendida, não é perseguida pelo Escritório de Relações Exteriores para o seu próprio bem, mas apenas como um instrumento pelo qual a busca de outras atividades diplomáticas pode ser assistida. (HOUSE OF COMMONS. 1986. p. 6)

O trabalho da diplomacia cultural, reforça, como nenhuma outra área das relações entre os atores internacionais, sentimentos duradouros de confiança, diferentemente das relações econômicas, por exemplo, que, muitas vezes, possuem caráter bastante transitório. A diplomacia cultural pode viabilizar, mesmo que, muitas vezes, de maneira indireta, o êxito de todos os demais objetivos da política externa de um país.

A diplomacia cultural é um conceito que tange à política externa. Segundo Telles Ribeiro (1989):

Embora seja extremamente difícil precisar as vinculações entre diplomacia cultural e política externa, é possível estabelecer algumas aproximações entre esses dois universos. Isso porque, quer tratemos dos objetivos mais amplos da política externa, quer estudemos objetivos de caráter mais imediato, as inter-relações, ainda que sutis, se fazem sentir. (RIBEIRO, 1989, p.34)

O fator cultural é, portanto, um elemento dinâmico das relações internacionais. Segundo RIBEIRO (2011, p. 34), um “ativo intercâmbio cultural” é o instrumento mais efetivo para compreensão mútua que a política externa dispõe. Para o autor, boa parte dos conflitos internacionais provem de tensões de origem cultural. Assim, cultura e paz, são temas que se entrelaçam tanto fora quanto dentro da diplomacia e, uma das principais funções da política exterior de um país é, pois, justamente, preservar a paz mundial por meios de mecanismos de compreensão internacional.

Dessa forma, a natureza mutável do sistema internacional ao longo das últimas décadas gerou o aumento da importância das formas intangíveis de poder e, por consequência, conferiu à cultura um espaço privilegiado dentro das relações internacionais. Algumas interpretações, como a da Economia da Cultura, discorrem sobre a revolução cultural e a relação com uma nova fase do capitalismo. Esse momento, inaugurado na segunda metade do século XX, alterou:

[...] radicalmente o lugar, o peso, a significação da cultura: (fazendo-a adquirir) uma importância e uma centralidade inéditas tanto na vida econômica quanto nos debates internacionais e nacionais, tornou-se foco de dissensões e de enfrentamentos múltiplos, assim como um domínio cada vez mais politizado. (LIPOVESTSKY; SERROY, 2007, P. 24)

Segundo o autor, há a emergência da cultura como elemento organizador da nossa vida econômica, política e social. Sob a ótica das trocas internacionais, observamos o desenvolvimento do setor cultural, através de bens com significância social e não apenas pelo valor atribuído pelo mercado. Cada aspecto da temática cultural depende dos comportamentos dos países no que tange suas políticas externas e suas políticas públicas internas. Dessa forma, a diplomacia cultural, entendida como o canal do Estado responsável pela promoção da cultura deve ser organizada, institucionalmente, de maneira cada vez mais integrado ao mercado, respeitando sempre a necessidade da preservação da diversidade cultural e da reciprocidade e respeito às diferenças entre as culturas, como descrito no preâmbulo da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural:

[...] Constatando que a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber, Afirmando que o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais, Aspirando a uma maior solidariedade fundada no reconhecimento da diversidade cultural, na consciência da unidade do gênero humano e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais, Considerando que o processo de globalização, facilitado pela rápida evolução das novas

tecnologias da informação e da comunicação, apesar de constituir um desafio para a diversidade cultural, cria condições de um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações[...] (UNESCO, 2002)

A diplomacia cultural, existe, portanto, como forma de intermediação entre o capital cultural de uma sociedade, e o posterior resgate disso por parte da burocracia estatal, levando-se em consideração as vontades das elites políticas e as capacidades do Estado, e a projeção do mesmo no cenário internacional, através das diretrizes da política externa.

2.5 DIPLOMACIA EDUCACIONAL

Conforme supracitado, vivemos hoje em uma sociedade de informação e conhecimento, na qual o elemento condensador e mais profundo das sociedades é a dimensão cultural, dentro de cada contexto social. É nesse processo que o ensino superior se torna elemento fundamental na formação das capacidades transformadoras enquanto componente estratégico para o desenvolvimento cultural, sociológico e cultural de um país.

Nesse sentido, a cooperação educacional internacional se torna bastante interessante, do ponto de vista das políticas externas e do jogo político, quando há “complementaridade real de interesses” entre os Estados, de acordo com as bases educacionais, científicas e tecnológicas entre os atores envolvidos no processo (AMORIM, 1994, p. 162). Em muitos casos, especialmente de países em desenvolvimento, os movimentos educacionais dentro das diplomacias públicas dos Estados permitem, como resultado, a diminuição de assimetrias internas, a atenuação da baixa competitividade e a melhora na gerencia dos setores privado e público, por exemplo. Tais efeitos, oriundos de políticas educacionais internacionais, são possíveis na medida em que, com o aumento da mobilidade acadêmica, há uma maior formação de recursos humanos aptos a cooperar e melhorar a ciência e tecnologia e, também, impulsionar a inovação (CERVO, 2012, p. 54).

Conforme citado anteriormente em outra sessão, os intercâmbios educacionais fazem parte de uma das três dimensões da diplomacia pública de um Estado. Para Ferreira (2012), há uma forte relação entre o desenvolvimento de um determinado país e os níveis educacionais de uma população. A educação se configura, para o autor, como o elemento mais seguro e duradouro no combate à pobreza e desigualdade social. Dessa forma, por meio das ações de cooperação educacional, a diplomacia de um país tende a agir em, pelo menos, três vertentes: economicamente, ao relacionar-se a educação diretamente à mão de obra de um país, interferindo na situação econômica. Politicamente, como parte da agenda de um Estado de promover a relação de aproximação com os demais atores. Culturalmente, fomentando a convivência e as trocas de experiências entre as populações, tendo resultados na fortificação dos laços construídos durante tais trocas. Dessa forma, há o fortalecimento da esfera cultural de determinado país, colaborando, como estratégia eficaz de longo prazo, para o exercício do poder brando do mesmo no jogo internacional.

Segundo Nye (2004), os programas de intercâmbios educacionais desempenham papéis fundamentais na promoção de valores das instituições dos países receptores, uma vez que, muitos desses egressos, poderão ocupar posições nos aparelhos estatais de seus países, convenientes às políticas e interesses do país em questão. Como resultado, há o beneficiamento do país receptor dos estudantes em relação ao desenvolvimento das relações interpessoais e interculturais.

No entanto, cabe ressaltarmos que para uma diplomacia educacional efetiva e para que haja o sucesso dos intercâmbios educacionais, é necessário que o estudante retorne, de fato, para o país de origem. Além disso, segundo Atkinson, três condições devem ser atendidas: (i) ocorrência de reais interações sociais no exterior; (ii) compartilhamento da noção de comunidade entre o estrangeiro e o país que o recebe; (iii) a possibilidade de influência real (cargo político, institucional, acadêmico-científico) do egresso (ATKINSON, 2010, p.5)

3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PODER BRANDO

O primeiro capítulo da presente monografia buscou conceituar elementos fundamentais para o entendimento completo do que se propõe esse trabalho. Nesse segundo capítulo, será desenvolvida a relação desses conceitos com a cooperação educacional no nível dos Estados, mais especificamente, o PEC-G.

Dessa forma, buscar-se-á correlacionar a cooperação internacional, como ferramentas da diplomacia pública e cultural, com a geração de poder brando para o país. Será feito um breve histórico do caso brasileiro no que tange o envolvimento do Itamaraty com as cooperações educacionais e, posteriormente, uma análise do programa-alvo dessa pesquisa: o PEC-G. Ao final, também serão apresentadas algumas perspectivas em relação ao tema e as relações com as conjunturas atuais do nosso país enquanto ator inserido no sistema internacional.

3.1 HISTÓRICO DA DIPLOMACIA PÚBLICA E CULTURAL NO BRASIL

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) – ou Itamaraty – é o órgão Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil, tanto nas esferas bilaterais, regionais e multilaterais. De acordo com RIBEIRO (1989), desde sua fundação, em 1889, o Itamaraty administra a difusão cultural do Brasil no exterior. No entanto, o Ministério carece de mecanismos horizontais de coordenação com os demais órgãos estaduais e federais, além de outras entidades para além do nível do Estado, como Organizações Não Governamentais (ONG). Esse mecanismo permitirá ampliar o debate para toda a sociedade civil e conduzir a diplomacia pública e cultural à parâmetros de maior substância, constância e abrangência. A orientação estratégica na política externa por parte do MRE nem sempre considerou a opinião da sociedade civil na formulação das agendas do governo. Essa tendência é, relativamente, recente no cenário nacional. Como expõe Henrique Altemani de Oliveria,

A maior parte dos pesquisadores brasileiros aponta, quase com unanimidade, para o papel preponderante do Estado na definição e implementação da

política externa brasileira, estando a sociedade civil, com pequenas exceções, fora desse processo [...]. (OLIVEIRA,2005, p.2)

O MRE afirma-se, desde sua criação, como uma instituição perene da nação, dotada de autoridade e com um legado histórico positivamente caracterizado como pacifista, universalista e respeitoso das leis internacionais. Essa posição é fundamental para a construção de uma agenda política externa coerente e que possua traços que combine tradição e inovação dentro do cenário internacional.

Os acordos brasileiros de cooperação na área cultural são motivos de enorme prestígio internacional. Já em 1946, em um contexto de pós-guerra, Mc Murry e Lee traziam para o meio acadêmico uma visão bastante elogiosa da difusão cultural promovida pelo Itamaraty. Em especial, os acordos de promoção da língua portuguesa, as tratativas bilaterais com os países latino-americanos e, também, os acordos de cooperação educacional que viriam a se transformar no PEC-G. (RIBEIRO, 1989).

O processo de consolidação da projeção internacional brasileira, através da diplomacia pública, concretizou-se no contexto de ascensão do populismo no Governo de Getúlio Vargas. Os processos de urbanização e industrialização permitiram que o Brasil fundamentasse sua identidade nacional e desvinculasse os seus valores do alinhamento automático às elites europeias que até então era o costumeiro nacionalmente. A criação do Ministério da Educação e Cultura, em 1937, foi um reflexo da compreensão por parte do Estado das mudanças estruturais que ocorriam no Brasil. Nesse sentido, o crescimento no período do papel das mídias e da participação de grupos sociais anteriormente excluídos orientaram as posturas governamentais relacionadas a autoconsciência brasileira no que diz respeito ao seu papel no cenário que se desenhava.

Êxitos como o fortalecimento de autores brasileiros no exterior e o surgimento da Bossa Nova em meados do século XX, reforçam o papel do Itamaraty na projeção do Brasil no exterior. Ainda que o governo não tenha tido um papel direto no que toca essas questões, houve um encurtamento e facilitação no processo devido ao apoio dos órgãos públicos, refletindo um trabalho mais organizado e multidisciplinar dos Ministérios (OLIVEN, 1982). É nessa época que Villa-Lobos, modernista de 1922, é

chamado para fazer parte do MEC. Ele, juntamente com Mário de Andrade, que também passa a compor o Ministério, demonstram que o governo estava ciente da importância da incorporação dos aspectos da cultura nacional para uma posterior projeção internacional dos mesmos. Portanto, o Estado demonstra a importância de sua participação nos processos de consolidação da identidade nacional e vinculação entre a política cultural externa e a realidade cultural interna. Na concepção de Celso Furtado, “o Estado, longe de se substituir à sociedade, aplica-se em criar condições que propiciam a plenitude das iniciativas surgidas nessa sociedade.” (FURTADO, 1984, p. 6-7)

Um grande momento que registra a inflexão da diplomacia pública e cultural brasileira e a projeção internacional da cantora Carmen Miranda, massivamente consumida no mercado americano do período. Ainda que o projeto da nossa política externa fosse sustentado por princípios liberais dos indivíduos e das instituições, reafirmava-se no exterior o nacionalismo brasileiro que viria a ser objeto de formulações por parte do Itamaraty até os dias atuais. Outro grande momento da política exterior brasileiro foi a incorporação do esporte na agenda política, sobretudo o futebol. Com influências nas áreas políticas, econômicas e sociais, tal esporte foi uma poderosa ferramenta da diplomacia pública brasileira ao longo das décadas seguintes ao pós-guerra. A Copa do Mundo no Brasil, de 1950, por exemplo, foi utilizada para mostrar um país forte e que prosperava no cenário internacional. Isso demonstra o principal desafio da diplomacia pública: traduzir as necessidades internas em possibilidades externas, elevando o controle do país na dialética entre a sociedade e o mundo.

Nesse período, de construção de uma identidade nacional, temos uma diplomacia pública de fundação (LAFER, 2002), orientada por um paradigma liberal-conservador que, embora de maior participação da sociedade civil, estava ancorada em diretrizes vindas das elites brasileiras que eram definidas de acordo com o que julgavam ser melhor para a projeção nacional no exterior. O Brasil estava em fase de invenção, contrastada posteriormente pelas mudanças sociais que vinham tomando força desde o Estado Novo.

Na esteira de uma concepção de Estado forte e centralizador, a diplomacia pública brasileira se ocupava de atender os novos paradigmas nacionais, de superação dos atrasos sociais e de diminuição da dependência econômica do país

em relação aos países do primeiro mundo (CERVO, 2008). As demandas socioculturais se tornam as tônicas dos anos seguintes e símbolos nacionais, como o samba, a capoeira e o carnaval, se fortalecem graças ao trabalho da diplomacia do período. Um país apto à reconhecer suas influências e um Estado capaz de transformar isso em projeção internacional através da diplomacia cultural. Diversos acordos de cooperação intelectual foram assinados no período de 1950 e 1960, sobretudo, com a América do Sul. Essa seria uma estratégia fortalecida ao longo dos anos posteriores: a diversificação e fortalecimento dos parceiros internacionais. Além da América do Sul, eixo importante de atuação da diplomacia pública brasileira, verifica-se nesse período uma aproximação com o continente africano (SARAIVA, 1996). Essa aproximação com o continente esteve ligada, desde o princípio, à fatores culturais, como fica claro no artigo próprio de Jânio Quadros,

Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma dimensão da política externa brasileira. Estamos ligados àquele continente pelas nossas raízes étnicas e culturais e partilhamos do seu desejo de formar para si mesmo uma posição independente no mundo de hoje (QUADROS, 1961, p. 154).

Durante o período militar, a diplomacia esteve envolvida com as diretrizes americanas internacionais de contenção ao comunismo. A política externa brasileira subordinou-se ao binômio do governo: segurança nacional e desenvolvimento. A Doutrina da Segurança Nacional, da Escola Superior de Guerra, era a base para as definições tanto da política interna quanto da política externa (SILVA, 2005). No período inicial do governo militar o alinhamento com os Estados Unidos consumia a agenda internacional brasileira e a projeção e cooperação com os demais países declinou.

No entanto, durante os Governos Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1973) e Geisel (1974-1978), o Brasil retoma uma política externa independente e há uma reorganização nas linhas de atuação do MRE. Na área internacional, observa-se o período da *detente* na Guerra Fria e na esfera nacional, o chamado período do Milagre Econômico, impulsionam a diplomacia cultural novamente. O país inicia um processo de integração cultural no qual o Estado tem um papel fundamental, [...]

“cultura brasileira significa neste sentido “segurança e defesa” dos bens que integram o patrimônio histórico [...]” (ORTIZ, 2006, p. 100). Tem-se, portanto, uma preocupação com a preservação da memória e do patrimônio da cultura nacional, na qual o Estado se apropria do monopólio e da memória da nação.

Em 1975, é elaborado o Plano Nacional de Cultura, um documento voltado à definição de diretrizes para uma política pública de cultura, definindo o a ampliação do acesso à cultura e a dinamização dos bens culturais. Há um aumento no subsídio às exportações de bens como a música popular brasileira e o cinema nacional. Também, verifica-se, em 1974, o lançamento de um programa de cooperação educacional com os países africanos, prevendo o acolhimento de estudantes africanos (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

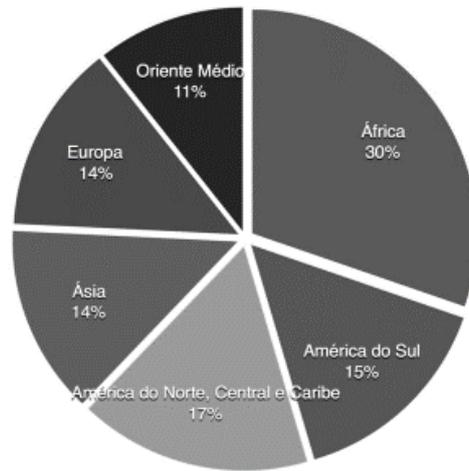
Durante a década de 1980, devido à instabilidade política e econômica, a influência brasileira no exterior e a promoção da nossa cultura e dos programas de cooperação sofrem um forte declínio. Esse cenário só foi invertido no processo de recuperação da imagem democrática do Brasil no exterior, no início dos anos 1990. Nesse momento, temas como Direitos Humanos e preservação ambiental tornam-se pautas fundamentais da diplomacia pública brasileira, culminando com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992.

Na esfera internacional, o contexto era de Fim da Guerra Fria e dominação do neoliberalismo. Internamente, o Brasil vivia um momento de redemocratização, liberalização econômica, fortalecimento de novos atores e emergência de identidades sub-regionais que resultavam em um novo momento cultural (OLIVEN, 2006). A criação do MERCOSUL, em 1991, e a implementação do Plano Real (1994) demonstram tanto a liberalização adotada pelo governo quanto à preocupação na diversificação das estratégias de cooperação para além das relações tradicionais com os Estados Unidos e os países europeus. Gradativamente, a América do Sul tornou-se alvo da política cultural brasileira, ao se recuperar relações de confiança e cooperação na região.

Nesse momento, observa-se, segundo Amado Cervo (2008), que o Governo de Fernando Henrique Cardoso apresenta traços tanto do paradigma do Estado desenvolvimentista quanto do paradigma do Estado logístico, caracterizando-se, dessa forma, por uma “dança de paradigmas”. As Reformas neoliberais estão

diretamente relacionadas ao setor da diplomacia pública e cultural do período. Universidades, museus, bibliotecas e institutos culturais tornaram-se parte de uma gama de serviços na qual o Estado deveria reduzir sua interferência, abrindo espaço, portanto, para o setor privado (CALABRE, 2009). Cria-se, no período, um grave problema de inserção internacional brasileira ao se negligenciar o setor cultural do país e de promover a adesão à cultura de massa global. Esse mecanismo, no entanto, apesar de suprimir a identidade brasileira, articula-se de modo a garantir que a diplomacia cultural no período se mantivesse ativa. Há nos anos do governo Cardoso inúmeros acordos de cooperação na área cultural, técnica e educacional, com países não tradicionais da nossa diplomacia, como Namíbia e Turquia (1995), Jamaica, Síria e Rússia (1997), Costa Rica e Venezuela, em 2000 (SILVA, 2007). Outro momento importante do governo foi a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996.

Durante o Governo Lula (2003-2010), a estratégia de inserção externa é orientada a partir do pressuposto de desenvolvimento nacional, com crescimento econômico e a necessidade de inclusão e justiça social. A percepção de uma ordem mundial multipolar no século XXI, com alto grau de interdependência faz o Brasil voltar a sua diplomacia para uma maior projeção internacional visando um elevado grau de influência no jogo político. As ações multilaterais, base da diplomacia no período, estava orientada pela busca da reciprocidade nas negociações internacionais (CERVO, 2007). A prioridade foi dada aos países em desenvolvimento. Dentre essas iniciativas, podemos destacar a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, que se tornou um importante espaço para negociações com outros blocos regionais. O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e os BRICS, em 2006. Além disso, o fortalecimento do MERCOSUL, considerado “o núcleo dinâmico para a integração da América do Sul (AMORIM, 2009, p.12). A cooperação cultural com os países em desenvolvimento visava, sobretudo, obter o apoio dos blocos de países que poderiam auferir maior poder político ao Brasil na arena internacional. Abaixo, fica claro a distribuição geográfica das ações de cooperação durante do governo Lula,

Gráfico 1 – Atos Bilaterais de Cooperação Cultural por Região (2003-2010)

FONTE: FINZETTO, 2017. p. 88

Em 2006, tem-se um importante marco para a diplomacia cultural brasileira: a criação do Programa de Difusão Cultural (PDC). Tal programa segue as diretrizes amplas da política externa brasileira e tem sua área de atuação focada nas relações Sul-Sul, concentrando seus esforços na promoção cultural brasileira no exterior no âmbito do Itamaraty. Durante o governo Lula, favorecido pelo incremento dos orçamentos dos órgãos públicos devido ao contexto econômico favorável e aliada a uma percepção de necessidade de planejamento e coordenação das atividades culturais por parte da burocracia do Itamaraty, o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores obteve aumentos significativos em seu orçamento, conforme demonstrado abaixo,

Quadro 2 – Orçamento anual aprovado para o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores (2003-1009)

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Orçamento	17.956	23.000	26.346	22.298	28.000	30.000	38.747

Valores em R\$ mil. Os dados referem-se ao orçamento aprovado, sem eventuais suplementos ou contingenciamentos supervenientes.

Fonte: MRE, Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), Setor de Contabilidade.

FONTE: MRE, Divisão de Operações de Difusão Cultural

A defesa da diversidade cultural e a reafirmação dos valores da identidade brasileira, anteriormente perdidos, tem correlação com o aumento do orçamento e da valorização da agenda do setor cultural dentro do Itamaraty. A compreensão da cultura como ferramenta para a promoção da paz e da cordialidade entre os povos, por parte do governo, ganha vigor, como fica demonstrado no discurso do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil,

Meio século depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a agenda da cultura volta a se apresentar no mundo pós-guerra fria como um elemento fundamental para a construção de paz entre os povos. O discurso do “colapso simbólico”, referindo às novas formas de terror e de intransigência, tem produzido, como contrapartida, uma repolitização da esfera pública, uma redefinição do papel do Estado e uma reflexão coletiva acerca do futuro, bem como a necessidade de se desfazer de sentimentos belicosos, fundamentalistas e etnocêntricos (GIL, 2010).

O Itamaraty, portanto, vem ampliando a promoção de diálogo com a comunidade brasileira. Na medida em que os debates sobre os rumos da política externa se tornam mais plurais, garante-se à diplomacia pública um teor democrático que torna as decisões mais próximas de um ideal que valoriza a identidade nacional. A cultura e a diplomacia pública surgem como uma forma de inserção internacional que interliga o cenário doméstico ao contexto externo. O MRE, atento às transformações conjunturais dos últimos anos, embora o desenvolvimento e crescimento econômico continuem sendo as diretrizes principais das ações no âmbito da política externa, incorporaram novos conceitos de cultura e novos atores e

camadas sociais presentes em um momento histórico de ampliação das informações e dos diálogos,

Novas e velhas tradições, signos locais e globais, linguagens de todos os cantos são bem-vindos a este curto-circuito antropológico. A cultura deve ser pensada neste jogo, nessa dialética permanente entre invenção e tradição, nos cruzamentos entre matrizes muitas vezes milenares e tecnologias de ponta, nas três dimensões básicas de sua existência: dimensão simbólica, a dimensão de cidadania e inclusão e a dimensão econômica. (GIL, 2013)

As prioridades culturais, como um todo, durante o governo Lula, em relação aos governos anteriores, são coerentes com a imagem que se pretende passar do Brasil para o mundo. A coordenação entre os órgãos institucionais brasileiros é fundamental para a manutenção da agenda positiva de inserção internacional através do poder brando gerado pela diplomacia pública.

3.2 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO

Qualquer construção de vínculos com outras sociedades é um processo lento que, muitas vezes, geram resultados apenas a longo prazo. Os investimentos na diplomacia pública relacionados à implementação de programas de cooperação na área educacional se caracterizam por não serem rentáveis a curto prazo e, por isso, os governos tendem a negligenciar essa área. No entanto, o papel do Estado na promoção de tais convênios de cooperação é fundamental. Sem essa intervenção governamental, há o comprometimento de um setor extremamente importante para o desenvolvimento socioeconômico de uma país: os convênios educacionais.

No que tange as políticas de cooperação internacional, os convênios entre os países em desenvolvimento, especificamente, representam uma forma de ampliar um pacto social a fim de libertar as sociedades de condições abjetas e desumanas de pobreza extrema, de acordo com a Declaração do Milênio, aprovada pelas Nações Unidas. Para atender tais metas, o Brasil se comprometeu com algumas diretrizes,

dentre elas, as alianças através de acordos de cooperação internacional com países em desenvolvimento.

A fim de analisar o PEC-G e relacioná-lo com o incremento do poder brando no que tange a política externa brasileira, faz-se necessário compreender a estrutura organizacional dos órgãos responsáveis pelo programa dentro do governo brasileiro.

O MRE, comumente designado por Itamaraty, tem a função de auxiliar a Presidência da República na execução e elaboração da política externa brasileira. Esse órgão político da administração direto do poder executivo nacional também é responsável pelo contato diplomático do Brasil com os demais atores internacionais. Dentro das atividades do Itamaraty, há a Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial. Essa subsecretaria é dividida nos seguintes departamentos: Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Departamento de Promoção Comercial (DPC) e o Departamento cultural (DC), esse último, sendo o que nos interessa no presente trabalho.

Compete ao Departamento Cultural a promoção da diplomacia cultural brasileira. De acordo com a página oficial do governo, o departamento “desempenha uma variedade de atribuições que contribuem para a maior aproximação do Brasil a outras nações.” (nota de rodapé 4) Para que haja uma maior organização e otimização das ações dentro do departamento, há a divisão do mesmo em seis outras divisões: a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), a Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), a Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais (DAMC), a Divisão de Temas Educacionais (DCE), a Coordenação de Divulgação (DIVULG) e a Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV). Essa estrutura organizacional provém da reforma que o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, realizou em 2003.

Uma vez identificado o objetivo como um todo do Departamento Cultural do MRE, cabe conduzirmos a análise para a divisão que tem os mecanismos de controle dos temas de cooperações educacionais, a Divisão de Temas Educacionais. Dentro da página oficial, encontram-se as competências dessa divisão: (i) tratamento político dos temas educacionais nos fóruns multilaterais da UNESCO, da OEA, da UNASUL e do MERCOSUL; (ii) participar de reuniões políticas bilaterais; (iii) participar da negociação, em articulação com os órgãos nacionais competentes, de acordos e

demais atos internacionais referentes à cooperação educacional no plano internacional; (iv) coordenar, em articulação com os órgãos governamentais competentes a administração do PEC-G e do PEC-PG; (v) divulgar cursos, programas, bolsas de estudo e outras oportunidades por países e organismos internacionais a brasileiros.

Os programas PEC-G e PEC-PG são as principais operações dentro do DCE. Atualmente, em decorrência do crescimento, fortalecimento e atuação internacional dos movimentos de cooperação do Brasil no cenário internacional, a estrutura institucional sofreu rearranjos que refletem o caminho traçado pela nossa política externa, nas palavras do Embaixador Ruy Nogueira,

O Brasil mudou de perfil em termos de cooperação internacional nos últimos dez anos, deixando de ser um país onde predominavam as relações verticais Norte-Sul para ampliar as relações horizontais com nações também em desenvolvimento, no chamado eixo Sul-Sul. Essa mudança, que afeta na maneira como o Brasil é visto tanto pelas outras nações quanto pelos próprios brasileiros, reflete as transformações ocorridas na nossa política externa e no desenvolvimento do país (NOGUEIRA, apud ABC, 2008).

Uma maior divisão de tarefas dentro do corpo diplomático teve reflexo até mesmo em mudanças na concepção da própria diplomacia. A noção de uma diplomacia pública que fortalecesse o poder brando do país e que fosse instrumento para reduzir as assimetrias dentro do sistema internacional está fortemente relacionada com a intensificação da cooperação educacional, a promoção do entendimento mútuo e o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Como resultado, a qualificação dos recursos humanos, na medida em que se fortalecesse a cooperação no âmbito educacional, possibilita a atenuação das assimetrias internas, o rompimento do ciclo de dependência externa, além de um melhor gerenciamento dos setores privados e públicos na execução de projetos destinados a infraestrutura. (CERVO, 2012, p. 54).

Os programas de cooperação na área da educação são desenvolvidos, geralmente, em parceria entre o MRE e o Ministério da Educação (MEC), como é o caso do PEC-G . Como no caso do MRE, o MEC possui secretarias e divisões

organizacionais para um melhor gerenciamento das ações e cooperação educacional do governo, em especial, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Secretaria de Educação Superior (SESu).

Observando o Decreto da Presidência da República a respeito do PEC-G, “compete ao Ministério da Educação coordenar os procedimentos referentes à adesão das IES ao PEC-G, oferta de vagas, seleção e matrícula dos candidatos e acompanhamento do programa.” Dessa forma, denota-se que os dois ministérios, em conjunto, possuem mecanismos unificados e compartilhados para a coordenação dos programas de cooperação educacional brasileiros.

Faz-se necessário entender a organização burocrática desenhada pelo governo brasileiro para atender às necessidades exigidas para uma maior inserção internacional à nível dos processos de cooperação. Compreender o impacto que tais programas exercem na organização de um governo permite avaliar-se o estágio que determinado país se encontra e as capacidades que ele possui para um incremento do poder, multifacetado e complexo, no jogo internacional.

3.3 HISTÓRICO E PROPÓSITOS DO PROGRAMA DE ESTUDANTES – CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G)

Na Era da Informação, o conhecimento desempenha papel estratégico no posicionamento dos atores dentro do sistema internacional. A educação e todos os dilemas envolvidos nas configurações dos sistemas de ensino contemporâneos se configuram como objetos privilegiados de estudo (CATTANI e BAUMGARTEN, 2012). Nesse ponto, os programas de cooperações educacionais se apresentam como recursos atuais ou potenciais ligados ao domínio de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou inter-reconhecimento. Os estudantes, ao participarem de determinado programa, como é o caso do PEC-G, adquirem um capital econômico, cultural e simbólico. A acumulação desses capitais por parte dos agentes, contudo, depende da extensão das redes de relações que os mesmos podem mobilizar.

No campo educacional, os propósitos dos programas de cooperação educacional se relacionam com a estrutura básica da sociedade, ou seja, a maneira pela qual as instituições sociais alocam os direitos fundamentais e os deveres em um objetivo maior de cooperação social. Portanto, tais programas se configuram como variáveis estratégicas para o desenvolvimento econômico e social de uma nação,

A educação será uma das forças, ou fatores sociais, destinados a agir sobre o indivíduo a fim de buscar desenvolver nele uma personalidade, em essência, democrática, que manifeste, mais que tudo, disposição para encarar os desafios sociais, permitindo-lhe lidar com as possibilidades de conflito a fim de resistir às influências nocivas à boa e justa convivência social e, além de tudo, capaz de operar como agente do desenvolvimento social em favor de uma sociedade que seja em sentido razoável o conjunto das qualidades ausentes (VIRGÍNIO, 2012, p. 184).

Na área da cooperação educacional, é importante ressaltarmos o que WATSON e LIPPITT chamam de perspectiva transnacional. Os estudantes, ao se inserirem no sistema educacional e na sociedade como um todo do país anfitrião, detêm a escolha de concordar que é desejável aprenderem com o país que os recebem em determinadas áreas e evitarem receber a influência em outros aspectos da organização daquele país. Ou seja, os visitantes tendem a se aproximar e olhar a nova cultura do país que os recebe a partir do ponto de vista da antiga. Ainda segundo os autores, há dois tipos de mudanças (WATSON e LIPPITT, 1958, p. 62) nos indivíduos devido à perspectiva transnacional: em um primeiro momento, os estudantes tendem a correlacionar os valores do país que os recebe e do seu próprio país, observando tais valores e implementando em seus países com mais êxito quando retornarem. Outra forma que essa perspectiva favorece o conhecimento ocorre quando o país anfitrião é notado como relevante, legítimo e capaz de fornecer novos aprendizados,

[...] A aprendizagem é facilitada quando o país anfitrião tem alguma contribuição a dar para a maximização dos valores dos visitantes, e a aprendizagem é bloqueada em áreas onde os valores do país anfitrião são incompatíveis com, ou ameaçam, os valores dos visitantes. Esta linha geral de análise parece implicar que a continuidade é mais importante do que a mudança; que as pessoas que viajam ao exterior aprendem coisas que sua

cultura lhes preparou para aprender e não qualquer outra coisa (WATSON; LIPPITT, 1958, p. 62).

Isso exposto, para uma melhor análise do programa objeto de estudo dessa monografia, faz-se necessário entender os objetivos e o histórico do mesmo dentro da diplomacia pública brasileira.

O PEC-G, programa de cooperação educacional, criado em conjunto pelo MRE e pelo MEC é oferecido à estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural, educacional e/ ou científica e tecnológica. O programa teve seu embrião formado ainda na primeira metade do século XX, como resultado do crescimento de estudantes oriundos da América Latina que optavam por estudar em universidades brasileiras por iniciativas individuais. Desde então, o governo passou a celebrar acordos de cooperação no âmbito bilateral com tais países. Nesse contexto, em 1964, esses convênios passaram a designação, por parte do MRE, de Programa de Estudantes – Convênio de Graduação, institucionalizando os acordos já existentes. Portanto, o PEC-G surgiu como resposta à necessidade de regulamentação da situação dos estudantes estrangeiros em universidades brasileiras.

Tal programa de cooperação educacional é o mais antigo do país. O objetivo inicial, ainda nos primeiros anos de sua criação, era de unificar as condições do intercâmbio estudantil e reservar aos estudantes estrangeiros o tratamento semelhante ao recebido pelos estudantes brasileiros. Ao permitir que estudantes de outros Estados possam concluir uma formação de qualidade e, ao término da mesma, retornem ao seu país de origem, o Brasil já durante o século XX estava atento às mudanças geradas pela interação cultural. Na época da criação do programa, os estudos de Nye sobre poder brando não existiam. No entanto, conforme as análises e descobertas posteriores, é possível relacionar as experiências transculturais dos estudantes com o fortalecimento do poder brando brasileiro.

Para o correto funcionamento do programa, protocolos assinados entre o MEC e o MRE definem as normas e diretrizes a serem respeitadas pelas instituições relacionadas. O primeiro protocolo, assinado em 1967, visava a regulamentação do programa e estava restrito a países latino-americanos. Em 1974, o segundo protocolo

assinado expandiu a área de atuação das cooperações para além da América Latina, incorporando países do continente africano. Além disso, nesse protocolo houve alteração da coordenação do programa, ficando a cargo do MRE a responsabilidade de transferência de recursos (o MEC atuava como coadjuvante no período).

Em 1986 o PEC – G passou a ser coordenado pela CAPES, a partir de um novo protocolo, que definiu limites para a conclusão de cursos de graduação, pois, anteriormente, o tempo de permanência dos estrangeiros no país era indefinido. Em 1993, um quarto protocolo entrou em vigor no qual a coordenação do programa foi transferida para a SESu/ MEC. Em 1998, o quinto protocolo cuidou de esclarecer as exigências e atribuições dos estudantes, bem como das instituições envolvidas no processo, como a SESu a as IES.

O quinto protocolo prevaleceu até 2013, quando foi publicado o Decreto Nº 7.948, que regulamenta e define o Programa,

O PEC-G constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso. (BRASIL. MRE, 2013)

Atualmente, a coordenação do Programa está na Sesu/MEC, com grande parte da sua organização a cargo da Divisão de Temas Educacionais do Itamaraty (DCE/MRE). As Embaixadas brasileiras nos países participantes são responsáveis pelo estabelecimento da comunicação com os estudantes A inscrição é realizada por meio da página da DCE. O estudante já deve definir qual é o curso pretendido.

O processo seletivo dos estudantes para a participação no programa se inicia junto às representações diplomáticas brasileiras nos países de origem e tem, como última etapa a seleção dos candidatos pelo Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em parceria com a Secretaria de Educação Superior. Além disso, a seleção dos candidatos conta com a colaboração de uma comissão nomeada pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das IES no Brasil.

Desde sua criação, os estudantes que aderem ao programa são isentos de qualquer exame de vestibular e tem garantido o acesso gratuito ao sistema de ensino. As vagas são restritas à estudantes na faixa etária de 18 a 25 anos e as condições a serem atendidas pelos estudantes são as seguintes: conclusão do ensino médio ou equivalente e proficiência em Língua Portuguesa, no caso de alunos oriundos de nações não participantes da CPLP; Comprovantes de capacidade de custeio de despesas advindas da manutenção (alimentação, moradia, transporte, etc.) durante todo o período do curso no País.

Em 1964, nos primórdios do programa, formaram-se em universidades brasileiras, cerca de 300 estudantes latino-americanos, sendo a Bolívia o país com maior número de participantes (208). Em 1965, formaram-se 450 estudantes estrangeiros e o número de matrículas iniciais subiu para 472. Além disso, nesse mesmo ano, através de Decreto Presidencial de 1965, torna-se obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiados de convênios culturais, bem como a regularização da situação e emissão da carteira de estudante- convênio para todos os estrangeiros que cursavam graduação nas universidades brasileiras. Comparando-se os números com 1964, há uma diminuição na quantidade de estudantes bolivianos (166 em 1965), devido à saturação do mercado de trabalho para profissionais naqueles países. Também, verifica-se os primeiros estudantes de países caribenhos, como Haiti e El Salvador. Já no ano seguinte, o número de estudantes matriculados sobre para 2.034.

Em 1967, o governo fornece, pela primeira vez, bolsas para os alunos do programa. Cinco bolsas foram concedidas. Visto que uma das exigências do programa é a disponibilidade financeira por parte do estudante para custeio da permanência no Brasil, a necessidade de fornecimento de bolsas é constatada já no início do PEC-G. Apesar disso, atualmente, não há uma política contínua de fornecimento de auxílio desse tipo para os estudantes. Os mecanismos criados para auxiliar a estadia desses estudantes são, muitas vezes, escassos e, mesmo quando há o esforço por parte do governo, não significa que os mecanismos são cumpridos na íntegra.

Durante as décadas seguintes (1970 e 1980), o programa manteve uma média de crescimento de 500 vagas oferecidas a mais a cada ano para o ingresso nas universidades brasileiras. Cabe ressaltar aqui que, apesar do número expressivo de vagas oferecidas, nem todas elas são preenchidas. Alguns cursos, como Direito e

cursos na área de Humanidades não possuem a totalidade de vagas preenchidas. Por exemplo, em 1975, foram fornecidas 2.604 vagas e dessas, 1.300 foram integralizadas. Manteve-se a preponderância dos países latino-americanos no preenchimento dessas vagas. Em 1975, o MEC solicitou à todas as universidades brasileiras vagas para o PEC-G, em vista a ampliar o programa. Em 1977, 2.794 vagas são oferecidas, sendo distribuídas segundo a origem: Instituições Federais (1.906); Instituições Estaduais e Municipais (466); Instituições Particulares (422). Além disso, é importante destacarmos que ao longo desses anos, os principais cursos pretendidos pelos estudantes estrangeiros mantiveram-se sendo medicina e as engenharias (BRASIL, 2015).

Na década de 1980, chega a 91 o número de cursos de graduação oferecidos pelo PEC-G. No entanto, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, observa-se uma baixa na quantidade de vagas oferecidas. Isso se explica, em certa medida, pela conjuntura internacional de desequilíbrios nos países africanos durante o período e, internamente, pela desaceleração econômica e a redemocratização brasileira, que alterou os rumos da política externa, uma vez que há, nesse período, um realinhamento com os Estados Unidos em detrimento da cooperação com os países em desenvolvimento.

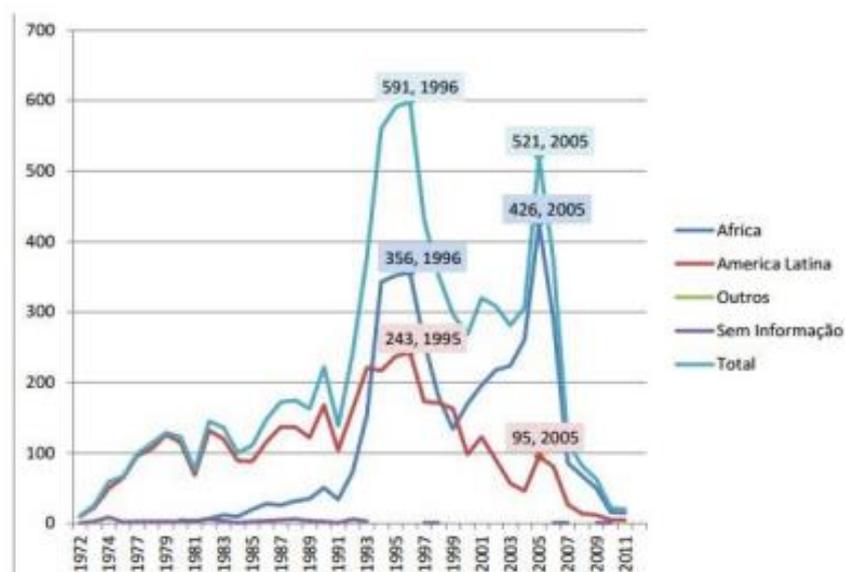
É importante termos claro que, no caso brasileiro, a cooperação com países em desenvolvimento refletiu, desde o princípio, os interesses nacionais de desenvolvimento. Para isso, fortalecer as relações com os países prioritários, além de ser utilizado como forma de promover a liderança no nível regional e reforçar o papel na cena internacional (Abdenur, 2007), sempre obteve espaço importante na agenda da política externa do Brasil. Para isso, o MRE entende que a cooperação educacional ocorre em três dimensões,

Economicamente, a educação, ao relacionar-se diretamente à qualificação da mão-de-obra de um país, interfere no desenvolvimento econômico. Politicamente, a cooperação educacional representa parte de uma agenda positiva da política externa, ao promover a aproximação entre os Estados por meio de seus nacionais. Culturalmente, a convivência, o aprendizado do idioma e a troca de experiências contribuem para o estreitamento de laços entre as sociedades. Com isso, tem-se a formação de uma cultura de

integração, de conhecimento mútuo das realidades de outros países, em meio a uma forte significação humanista (BRASIL, 2016, p.1).

Nos anos de 1990, o programa passou por duas importantes reformulações. Em 1993, o governo diminuiu os requisitos necessário para a transferência de curso por parte dos estudantes, retirando a obrigatoriedade de autorização por parte do país de origem e, em 1998, houve o remanejamento das funções atribuídas ao MRE e ao MEC, aumentando a responsabilidade desse último na organização do programa, além de, pela primeira vez, exigir o certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (orientação válida para estudantes de países não lusófonos).

Gráfico 2 – Estudantes Africanos e latino americanos no PEC-G de 1972 à 2011



FONTE: AMARAL, 2013, p. 60

Nesse sentido, a década de 1990 foi fundamental para mudanças estruturais no PEC-G. Observa-se no período, a preponderância de países do continente africano no total de participações, processo que se aprofundaria durante o governo Lula. Para Mungoi (MUNGOI, 2007, p. 192), somente na década de 1990, com o Fim da Guerra Fria, os países africanos se voltam ao Brasil nessa nova etapa de relações de cooperação, incluindo no campo da educação superior. Por isso, há o crescimento

no número de estudantes africanos no PEC-G ao longo do período. O país buscou, nesse período, ter maior presença em países em desenvolvimento. Dessa forma, buscou-se a inclusão dos nossos Estados africanos na agenda de política externa do Brasil.

Observa-se ainda, no gráfico, um decréscimo suave do número de estudantes latino americanos, quanto há um aumento do número de estudantes africanos. Acredita-se, segundo DCE/ MRE, que esta variação decorre da melhora na qualidade das universidades latino-americanas e a conseqüente diminuição na busca por graduações fora desses países por parte dos habitantes.

Apesar das relações entre o Brasil e o continente africano serem de longa data e os vínculos sociais e culturais entre os povos nos remeterem a formação do próprio Estado brasileiro, os vínculos institucionais são bastante recentes. Em 1961 houve a primeira divisão de um departamento específico para o continente africano e, apenas em 1983, houve a primeira visita de um presidente brasileiro ao continente. As intensidades nas relações denotam os idos de 1990, com a criação da CPLP (1996) e, um pouco mais tarde, da Cúpula América do Sul-África (2006). No entanto, observa-se nessas relações ciclos de expansão e retração, decorrentes das variações da agenda da política externa na alternância dos governos e, também, das flutuações na corrente de comércio e no número de representações diplomáticas. (MENDONÇA; FARIA, 2015).

As melhorias nas relações comerciais, promoção do poder brando brasileiro e manutenção dos laços culturais, com possibilidade de influência na formação de jovens estrangeiros sempre foram as bases para o governo brasileiro durante os anos de desenvolvimento do PEC-G. Desse modo, pode-se destacar o PEC-G como uma cooperação educacional já consolidada dentro da política externa brasileira. Nesses mais de 50 anos de história, o programa foi se alinhando aos paradigmas que norteiam a política externa brasileira, uma vez que recebe, majoritariamente, estudantes de países considerados parceiros prioritários pela diplomacia.

3.4 O PEC-G DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

O fortalecimento dos movimentos sociais, o aumento da inclusão social e o crescimento econômico verificado durante o governo Lula foram fatores que deram sustentação ao aumento da projeção internacional do Brasil. A política pragmática do período, voltada à diversificação de parcerias e mantenedora da autonomia no cenário externo, buscava exercer influência nas questões mundiais e pressionar a correlação de forças entre as nações.

Lima e Hirst (2006) demonstram que a inclusão de uma agenda de caráter mais social como pauta preponderante na política externa brasileira, foi uma das mais importantes alterações governamentais durante o governo Lula. Essa agenda, muito mais solidária, está associada a outros fatores: (i) à ideologia do partido no poder, (ii) à própria trajetória do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, junto (iii) à intensificação da diplomacia presidencial no seu mandato, (iv) ao sucesso de alguma das políticas sociais do seu governo, (v) às insuficiências do neoliberalismo, (vi) à construção de uma nova agenda do desenvolvimento e (viii) à busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Faria e Paradis, 2011).

Em um contexto de globalização da educação superior, encarada como inerente ao processo de internacionalização durante do século XXI, as universidades e os governos, responsáveis pelas políticas educacionais, precisam adequar as instituições às mudanças no mercado de trabalho global, centrado, cada vez mais, na produção de conhecimento. Dentro do Brasil, a MRE admite que: “(...) a educação é um dos temas que diversificaram as relações internacionais nas últimas décadas. Parte de uma agenda positiva, ou seja, que implica ações de benefício mútuo para os países (...).

Diferentemente dos governos anteriores, a administração do governo Lula buscou sistematizar as atividades de cooperação internacional, dentre elas, a cooperação educacional. As restrições antes impostas pelo baixo orçamento foram sendo amenizadas e as modalidades operacionais adotadas, otimizadas pelo governo Lula, resultaram em êxitos que fortaleceram a percepção de que deveria se insistir no caminho de investimentos na área educacional e no reconhecimento da cooperação horizontal, juntamente com países da América Latina, Ásia e África.

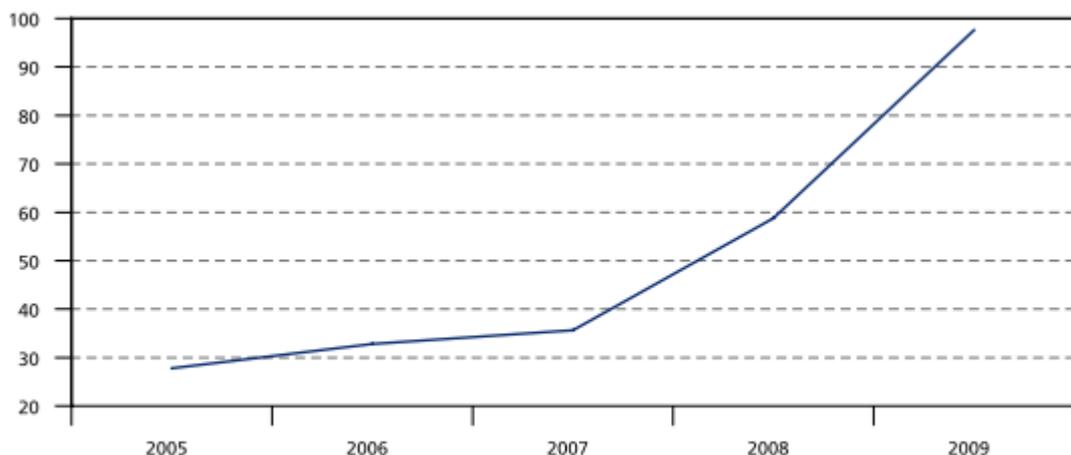
Assim, buscando otimizar as ações de cooperação internacional e traçar diretrizes para a diplomacia pública, em conjunto com as instituições públicas brasileiras competentes, em 2010, o governo brasileiro publicou o Relatório Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (2005-2009) – COBRADI, de elaboração do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e pela Agência Brasileira de Cooperação. Nesse documento, há o registro de que, para o Brasil,

(...) a cooperação internacional é uma atividade que, para preservar sua relevância, precisa se renovar continuamente, haja vista a dinâmica das relações internacionais. (...). Os paradigmas que pautaram a cooperação internacional na segunda metade do século XX demonstram não ser suficientes para permitir a superação das causas estruturais da pobreza e da fome no mundo (IPEA, 2010, p.9).

Desse modo, o caráter adquirido pelos programas de cooperação no século XXI diferem, da forma como a política externa anterior inseria tais programas nas agendas do governo. O volume orçamentário para programas na área de cooperação técnica, científica e tecnológica ultrapassa os R\$ 252,6 milhões, por parte do governo federal. Em 2009, no segundo mandato do governo Lula, o orçamento alcança mais que o triplo da registrada em 2005,

Gráfico 3 - Evolução dos recursos anuais aplicados em Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica -2005-2009.

(em R\$ milhões)



Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010.

Já em 2010, último ano do governo Lula, a configuração dos gastos com o PEC-G, segundo a COBRADI, era a seguinte:

Quadro 3 – Gastos do Governo Federal com o PEC-G – COBRADI (2010).

Instituição	Total
MRE	1.672.106
Sesu/MEC ¹	29.346.984
Total	31.019.090

Fonte: DCE/MRE e Sesu/MEC.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Do total de gastos efetivados pela Sesu/MEC, R\$ 25,6 milhões referem-se a bolsas de estudos, enquanto R\$ 3,8 milhões referem-se a apoio complementar a nacionais de países africanos por meio do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes).

FONTE: IPEA, 2006.

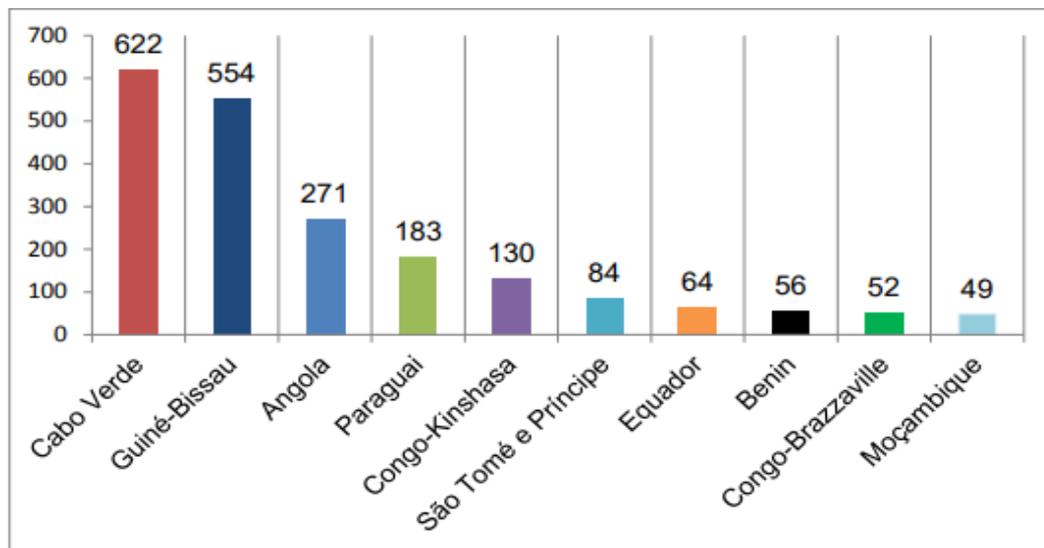
O crescimento dos recursos destinados aos programas de cooperação técnica, científica e tecnológica vem ao encontro da política externa adotada pelo governo Lula, na qual o progresso econômico e social é, também, proveniente do intercâmbio e cooperação em diversas modalidades, especialmente nos campos econômico, técnico, educacional e humanitário. O que se buscou no período foi uma inserção internacional horizontal e interdependente. Nesse sentido, o fortalecimento dessa agenda positiva esta relacionada diretamente com o PEC-G na medida em que o programa representa o compartilhamento de bens públicos internacionais, como o conhecimento.

Além disso, a política externa no período estava orientada para o multilateralismo, com o fortalecimento da cooperação Sul- Sul. Por essa terminologia, é indispensável citar Boaventura de Sousa Santos, que busca desvincular o conceito Sul de seu caráter meramente geográfico. Para o autor, o Sul é concebido “metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (Santos e Meneses, 2010:19). Esses desafios, segundo o autor, relacionam-se com o saber, o conhecimento, que foi corrompido e desintegrado pela relação opressora de séculos entre Norte e Sul. Nesse sentido, uma renovada cooperação Sul-Sul emerge e ganha notoriedade durante o governo Lula. É nesse

contexto que o Brasil, interessado em firmar-se como ator global, avança em programas de cooperação, como o PEC-G.

Nesse sentido, o gráfico abaixo nos apresenta, claramente, a diversificação de parceiros no que tange a cooperação, com um forte predomínio de países pouco desenvolvidos e de relações culturais históricas com o Brasil, representando a forte significação humanista desse programa.

Gráfico 4: Distribuição do Total de Estudantes PEC-G período 2009 a 2011 por curso de graduação



FONTE: Amaral, 2013.

Quando se observa a distribuição de estudantes de acordo com o país de origem fica claro a preponderância dos países africanos no número total de alunos. Esse volume de estudantes, sobretudo vindo de Cabo Verde e Guiné-Bissau, pode ser explicado por alguns motivos: (1) o mais objetivo e diretamente relacionado é que ambos os países são lusófonos. Isso facilita a entrada de estudantes nas universidades brasileiros, pois para se candidatarem ao PEC – G os alunos devem realizar uma prova de proficiência, a CELPE-BRAS (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros). (2) o segundo fator que impulsiona a entrada de alunos oriundos desses países é que ambos sofreram, recentemente, sucessivos golpes militares e uma guerra civil, gerando uma necessidade de migração de jovens que buscavam realizar alguma graduação. Para muitos estudantes africanos, uma formação superior no exterior representa a possibilidade de ascensão social e

econômica. (3) o terceiro e último fator a ser evocado é que o Brasil possui relações históricas e afinidades culturais que fazem com as ligações sejam muito mais fluidas.

Há que se registrar que as páginas virtuais do MEC e o MRE oferecem informações destinadas aos envolvidos nos processos de execução do PEC-G, bem como aos candidatos. São divulgadas as formas de comunicação entre as instituições, os cursos, as IES, os objetivos e algumas orientações aos possíveis candidatos. No entanto, dados sobre o PEC-G, como número de estudantes formados e tempo médio de permanência nos cursos não estão disponíveis.

Ainda assim, encontra-se dados do PEC-G disponíveis na internet relativos ao número total de estudantes selecionados na última década. Durante o governo Lula, para os candidatos oriundos da América Latina o número de selecionados manteve-se estável ao longo dos oito anos de governo, enquanto para os candidatos de países africanos, há um forte aumento em 2005 e uma redução bastante drástica em 2010. Porém, deve-se atentar para o fato de que esses números não refletem os estudantes que, de fato, chegaram a se matricular nas IES no Brasil,

Quadro 4 – Total de candidatos selecionados pelo PEC-G – América Latina e África

Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
América Latina	172	140	82	52	130	127	125	118	122	115	1173
África	214	451	442	395	650	589	378	784	705	383	4976

FONTE: Página da DCE/ MRE.

Entre 2001 e 2010 foram selecionados mais de 6.000 jovens de 18 a 25 anos, sendo que África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, provenientes de Cabo Verde (2474 estudantes), Guiné Bissau (1175 estudantes) e Angola (466). Da América Latina também se observa uma grande demanda dos estudantes, uma vez que nesse mesmo período foram totalizados 1173 estudantes (AMARAL, 2013). Os cursos com maior número de vagas oferecidas – embora não preenchidas - são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e

Pedagogia. Já os cursos com maiores quantidades de vagas preenchidas continuaram sendo, como nas décadas anteriores, Medicina, Administração, Engenharias e Odontologia.

Alguns fatores podem ser trazidos para explicar essas flutuações no número total de alunos do PEC-G, dentre os fatores para a diminuição dos alunos, pode-se observar a pouca divulgação do programa no exterior por parte das embaixadas, ou o aumento na qualidade das universidades dos países participantes do PEC-G, o fortalecimento da moeda brasileira (REAL) e o conseqüente aumento do custo de vida no país, especialmente após a crise de 2008. Já para os fatores que denotam o aumento no número de candidatos selecionados, especialmente em 2005, destaca-se o crescimento no número de universidades brasileiras aderindo ao programa e o maior número de convênios desenvolvidos com os países em desenvolvimento por parte do MRE.

Já o pico que se observa no ano de 2005, tem um fator bastante claro para os gestores do PEC-G no MEC, estando relacionado com uma série de reuniões regionais sobre o programa que, conseqüentemente, estimulou a entrada de dados no processo, além do aumento na oferta de vagas. (AMARAL, 2013). Além disso, podemos destacar o momento positivo do país no cenário internacional ao final do primeiro mandato do presidente Lula, com o incremento das relações diplomáticas com os países africanos.

Em 2010, no último ano do segundo mandato do governo Lula, os números relacionados ao PEC-G relacionados à distribuição geográfica dos estudantes estrangeiros demonstravam uma discrepância em relação às regiões. A concentração dos estudantes nas regiões Sul e Sudeste era bastante superior à demais regiões brasileiras. No centro Oeste, haviam 4 instituições participantes, totalizando 44 estudantes. Na região Nordeste, 13 instituições participantes e um total de 70 alunos. No Norte, um número muito baixo, apenas 3 instituições e 9 estudantes. Enquanto isso, no Sul, 18 instituições estavam aptas a receber estudantes e 242 era o número total de estrangeiros pelo PEC-G. No Sudeste, o número era maior ainda. Nessa região 52 instituições receberam um total de 599 estudantes estrangeiros. Isso demonstra a grande discrepância no recebimento de estudantes pelo PEC-G dentro do território nacional.

Essa discrepância no número de vagas entre as regiões brasileiras demonstra as assimetrias no ensino superior dentro do território nacional, embora tenha-se visto a interiorização das universidades regionais durante o período observado. Sguissardi (2008) aborda que a definição das regiões se constitui num processo histórico em que inúmeras variáveis interferem no processo, entre elas as especificidades da economia, a forma de participação nas decisões políticas centrais, além da reação das próprias elites dominantes à perda de poderes ou fortuna.

Outros dados importantes de serem analisados estão relacionados a distribuição dos países participantes de acordo com as regiões e o número de alunos selecionados no último ano do governo Lula. Como exposto anteriormente, observa-se a relevância do continente africano no programa, bem como o expressivo número de países que possuem vínculos de cooperação e que enviaram estudantes para realizarem a graduação no Brasil,

Durante o governo Lula, as diretrizes da PEB foram caracterizadas pela aproximação com o continente africano, em especial, com os países da CPLP. Dentre os motivos para essa maior interação e desenvolvimento dos laços de cooperação com esses países, podemos destacar a solidariedade, a busca pelo desenvolvimento mútuo e a forte semelhança cultural. Na esteira dessa construção de relações diplomáticas duradouras e multilaterais, não à toa, os países que mais enviaram alunos pelo PEC-G foram: Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Angola (AMARAL, 2013), reforçando o valor dado às relações Sul-Sul na busca pelo desenvolvimento mútuo.

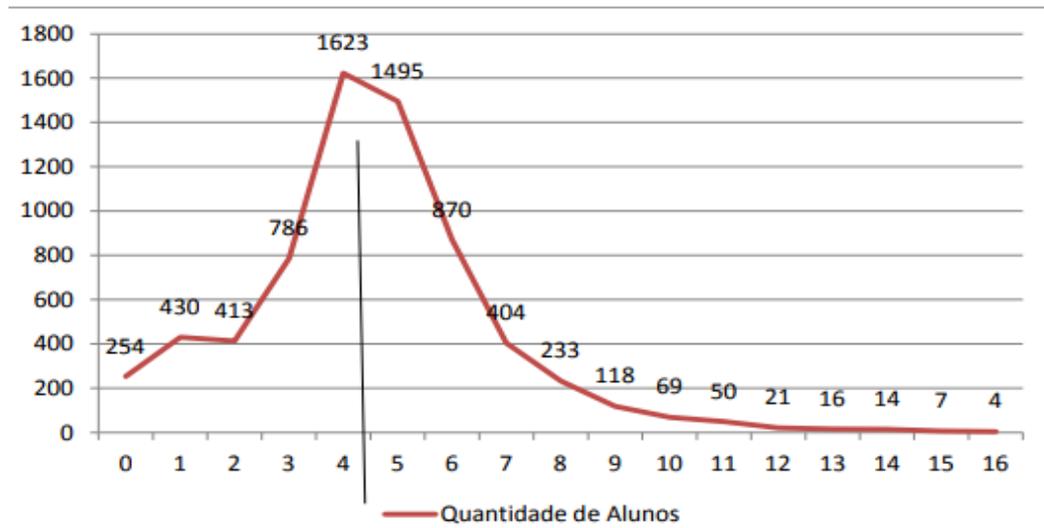
A cooperação educacional é organizada por diversas instituições governamentais, destacando-se a CAPES, que investiu 28% dos recursos em programas de cooperação, segundo a COBRADI. Já o CNPq investiu 50% dos recursos e o MEC, através da Secretaria de Educação Superior, investiu 28%. Enquanto isso, o MRE, um dos responsáveis pelo gerenciamento do PEC-G, direcionou de seu orçamento apenas 2% dos recursos em projetos de cooperação educacional entre 2005 e 2009. (IPEA, 2010). É importante analisarmos os orçamentos e correspondências em gastos referentes às instituições que controlam o PEC-G no Brasil. Dessa forma, é possível perceber a relação entre as variações ocorridas ao longo do governo Lula no PEC-G com as mudanças na política externa brasileira em relação aos governos anteriores.

Segundo o próprio MRE, o carro-chefe da cooperação educacional brasileira é “a formação de estrangeiros mediante a concessão de bolsas de estudo juntamente com a oferta de vagas em instituições de ensino no Brasil”. No entanto, nem todos os estudantes recebem bolsas do governo brasileiro. Na verdade, a maioria dos estudantes não possui qualquer espécie de auxílio, dependendo da manutenção de suas estadias por partes de suas famílias. EM 2010, o total de alunos sem qualquer tipo de auxílio era de 1238, enquanto os que recebiam algum tipo de bolsa representavam quase metade desse número (AMARAL, 2013).

O principal programa de concessão de bolsas aos alunos do PEC-G foi desenvolvido durante o primeiro mandato do governo Lula. Criado em 11 de novembro de 2003, pelo SESu/ MEC o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino superior (Promisaes) vem oferecendo auxílio para os estudantes que comprovarem não terem condições econômicas de se manterem no Brasil. O valor destinado a bolsa é de um salário mínimo mensal e a seleção é de responsabilidade dos próprios IES. Esse programa surgiu com o intuito de estimular a cooperação técnico-científica e cultural entre os países com os quais o Brasil mantém acordos nas áreas de educação e cultura, observando as necessidades dos estudantes estrangeiros que ingressavam o sistema de ensino superior brasileiro.

Levando em consideração que para muitos estudantes do PEC-G a bolsa auxílio é fundamental para sua permanência no Brasil, faz-se necessário olharmos para o gráfico abaixo que demonstra a duração da graduação dos estudantes participantes do programa desde 2001 até 2010, considerando os estudantes que finalizaram os estudos nas instituições correspondentes.

Gráfico 5 – Distribuição dos estudantes por tempo de formação (2001-2010).

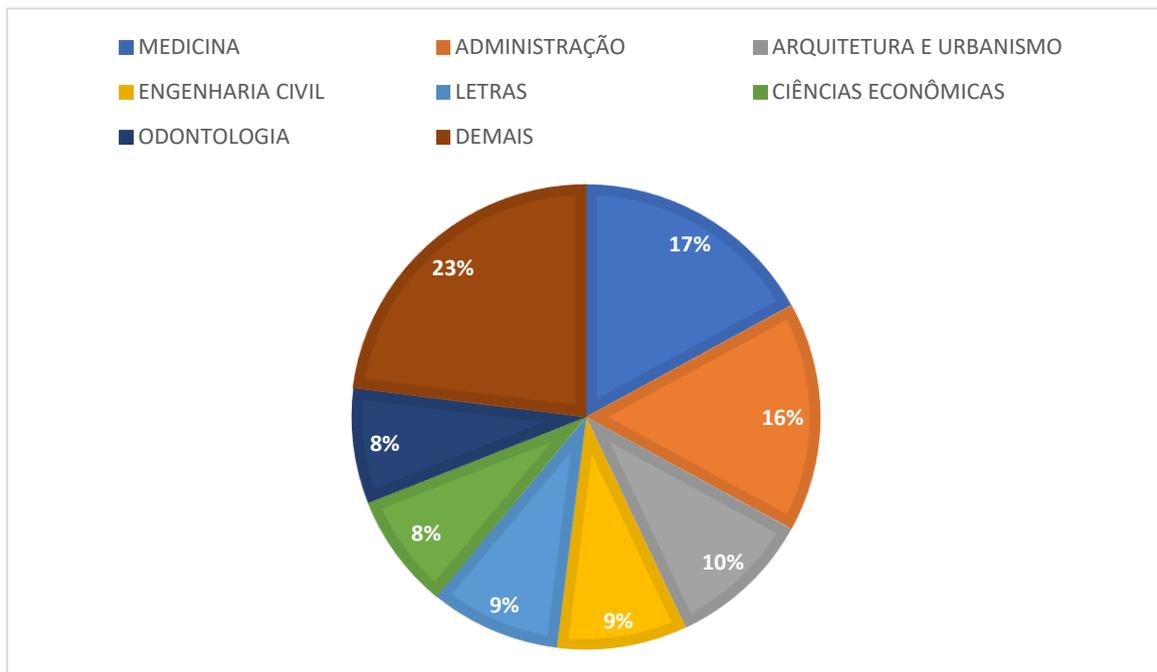


Fonte: Amaral, 2013.

O gráfico nos permite a interpretação de que a maioria conclui a graduação em 4 ou 5 anos, seguindo os padrões de conclusão das graduações dos brasileiros nos IES. O período de permanência no país receptor oferece ao estudante a possibilidade de adaptação e incorporação da cultura e do modo de vida local. Assim, o estabelecimento de relações duradouras e vínculos amigáveis gerados durante a permanência dos estudantes auferem a vantagem de conduzir a um maior nível de tolerância dentro do sistema internacional. Nye (2010, p. 112), alerta para o fato de que “[...] às vezes os amigos vão dar-lhe o benefício da dúvida ou perdoar com maior boa vontade”.

Além disso, é importante notarmos, conforme o gráfico abaixo, que a distribuição de alunos de acordo com cada curso demonstra que cursos de medicina e da área de exatas são os mais procurados pelos alunos estrangeiros,

Gráfico 6 – Distribuição média do Total de Estudantes PEC-G no período 2003 - 2010



Fonte: MRE, 2011. Elaboração própria.

Podemos depreender que as principais áreas buscadas pelos alunos estrangeiros dizem respeito a cursos que possibilitem, ao regressarem aos seus países de origem, inserirem-se no mercado de trabalho em funções centrais da sociedade. Muitos países, principalmente do continente africano, demandam funcionários envolvidos nas áreas de investimento do Estado, como a construção civil e nos setores da saúde, devido a baixa complexidade das instituições de ensino desses países.

As mudanças no contexto internacional do PEC-G durante o governo Lula demonstram que, em certa medida, as políticas adotadas obtiveram algum efeito para o crescimento e amadurecimento do programa no período analisado. A relação com a projeção internacional do Brasil e o fortalecimento do seu poder brando, agendas da PEB durante os dois mandatos de Lula, é denotada na medida em que o PEC-G se configura em um instrumento útil para a formação de redes de interesses comuns. A circulação dos estudantes implica na criação e amadurecimento de redes nos mais diversos aspectos. As redes para um futuro desenvolvimento do país de origem também devem ser observadas. Ao se capacitar um profissional no Brasil, no momento que o mesmo regressa ao seu país de origem, tem-se uma mão de obra

qualificada para o crescimento e modernização do seu país, que, a longo prazo, pode gerar benefícios econômicos e sociais para o Brasil. A partir do diálogo entre o poder público, o privado e a sociedade civil, no contexto da globalização, é extremamente benéfico que haja pessoas capacitadas em países que o Brasil possui acordos de cooperação e que tenha objetivos claros de projeção dentro de sua política externa. Dessa forma, o uso da diplomacia pública como ferramenta de inserção internacional durante o governo Lula foi prioridade do MRE,

Esta nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio. Internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados. E externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas urnas. No meu governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional[...]. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico, e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. A democratização das relações internacionais, sem hegemonias de qualquer espécie, é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. (Lula da Silva, 2003, p. 8-9)

Observa-se nesse discurso que, desde o início do governo, o presidente Lula delineava a política externa sem se afastar do paradigma desenvolvimentista, no entanto, incorporava elementos de uma organização mundial já ensaiada: a multipolaridade. Lula consolidada a posição do Brasil de provedor de bens públicos regionais e globais, combinando recursos de estratégia em um novo contexto de difusão do poder. Dessa forma, o cerne do poder brando brasileiro representa no período, essencialmente, aquilo proposto por Nye (2012) sobre a nova forma de poder mundial. Resgatando o conceito de poder brando de Nye como sendo “a capacidade de afetar outros utilizando meios cooptativos de ajuste da agenda, persuasão e produção de atração positiva para a obtenção de resultados preferidos” (NYE, 2012, p. 44), fica evidente que houve uma tentativa durante o período de aumentar e

consolidar áreas de influência para além da América Latina, com uma política externa ativa em regiões como África e Ásia.

4 CONCLUSÃO

É notável, portanto, que o PEC-G pode ser enquadrado dentro das bases da teoria da Interdependência Complexa, seguindo seus três pressupostos básicos – da existência de canais interestatais que conectam as sociedades, a multiplicidade de temas sem hierarquização e o não emprego de força militar entre as partes – os quais tem implicações para o Brasil.

Esse último pressuposto se relaciona diretamente com o conceito de poder brando e o uso da diplomacia pública como estratégia de política externa de um país. No caso brasileiro, se amplia a compreensão da política externa como instrumento a serviço da inserção soberana e ativa no sistema internacional, de modo que favoreça e consolide sua voz nas negociações e debates da agenda mundial.

Posto isso, esse estudo teve como objetivo dar relevância a centralidade do PEC-G dentro das políticas educacionais brasileiras no que tange a inserção internacional nos termos do poder brando. Para isso, fez-se necessário, primeiramente, entendermos o conceito de cooperação, já que o programa é definido, no decreto, como um programa de cooperação educacional. Verificou-se, portanto, que o programa se concretiza como um programa de cooperação Sul-Sul. A interação do Brasil com os países do continente africano e sul-americano fica evidente nas análises quantitativas do programa. O fato de o Brasil ter conseguido construir ações de largo alcance e por um longo período contribui para a estratégia brasileira de consolidar uma imagem e ampliar o diálogo com esses países. Essas estratégias fazem parte do conceito de poder brando.

No primeiro capítulo, recorreu-se a uma análise teórica a respeito de conceitos fundamentais para o entendimento da dimensão do poder brando e dos programas de cooperação na construção dos parâmetros internacionais. É na construção de tais conceitos que se pode observar e entender o que define a política externa de uma nação, investigando aspectos que contribuem sobremaneira para novas interpretações, distanciando-se dos vícios hermenêuticos das teorias realistas. Esse arcabouço teórico é indispensável para localizar os atores no tempo e no espaço, entendendo-os como parte de um modelo histórico atrelados a uma rede de condições e de processos específicos de uma nova realidade.

A nova dimensão da agenda internacional estabelece diferentes comportamentos dos atores, agregando fenômenos diplomáticos que cada vez mais exigem iniciativas pautadas no poder brando. Sob o prisma da teoria da Interdependência Complexa, a diplomacia pública, enquanto variável causal e explicativa, tornou-se, dentro da multiplicidade de temas na agenda internacional, fundamental para analisarmos a diversidade das questões temáticas sem que haja uma subordinação de temas.

A teoria de Keohane e Nye insere diferentes fatores na análise política mundial, levando-se em consideração outros processos políticos, como as relações de cooperação educacional, por exemplo. O mais importante dessa análise é que todos os processos e relações dos diferentes atores impactam sobre a questão da ordem mundial.

Outro ponto importante trabalhado no primeiro capítulo é o papel transitório, durante o século XX, da diplomacia pública. Foi no período pós-guerra que ela obteve relevância nas agendas das políticas exteriores dos países. Não obstante, o programa PEC-G desenvolveu-se em meados desse mesmo século, prevendo a necessidade da construção de relações cada vez menos pautadas em segurança e de caráter mais duradouro e amistosas.

Na segunda seção desse trabalho, o foco recai sobre o histórico e as diferentes configurações assumidas pela cooperação educacional na política externa brasileira, bem como a análise quantitativa e qualitativa do PEC-G durante o governo Lula. A partir disso, pode-se depreender-se que a educação, enquanto agenda de política externa brasileira, esta imersa em uma realidade concreta, constituindo-se como ferramenta de poder brando de uma diplomacia que busca promover a manutenção e o desenvolvimento positivo das relações horizontais e de trocas, principalmente com o Sul Global.

Dessa forma, as hipóteses traçadas no início do presente trabalho de que o PEC-G pode ser considerado ferramenta efetiva de poder brando brasileiro e que, por ter abrangência limitada, gera retornos restritos aos países participantes, fica condicionada à análise realizada ao longo do trabalho de que o número de alunos e de países participantes é bastante significativo, bem como a progressiva participação e a constante agenda do programa dentro das políticas públicas brasileiras. Além

disso, devemos considerar que a obrigatoriedade de regresso aos países de origem dos alunos participantes permite que tais alunos se integrem às diferentes configurações das instituições e dos atores e passem a estar mais solícitos e abertos à negociações e trocas com o Brasil, da mesma forma que disseminarão aspectos culturais brasileiros.

A América do Sul e a África são os espaços nos quais os discursos de cooperação mais se destacam. Não diferente disso, o PEC-G, conforme demonstram os dados, tem nesses continentes a maior quantidade de alunos que participaram do programa. Isso fez parte da estratégia do governo Lula em criar um relacionamento mais igual e expandir a influência e a confiança brasileira em países com os quais as relações culturais eram mais sólidas. Essa estratégia se justifica dentro da política externa do governo de aumentar o poder de barganha nas negociações e consolidar sua posição de líder regional.

O PEC-G, portanto, deve ser entendido como mais uma ferramenta de poder brando organizada pelas instituições públicas brasileiras, mais precisamente, o MEC e o MRE. Seus principais marcos normativos nos mostram que o programa se manteve no objetivo que se propôs desde sua criação: facilitar a formação de estudantes de países em desenvolvimento.

Outro fator que se torna evidente ao analisar os dados do programa se relaciona à adequação do perfil de estudantes, que passou de beneficiários latino-americanos para participantes africanos. Essa alteração no eixo do programa é sentida, principalmente, durante o governo Lula. Isso se explica, de certa maneira, devido à agenda da política externa brasileira fortemente voltada ao continente africano durante o período, aprofundando as relações com esses países em um objetivo de construir relações positivas e menos desiguais.

Portanto, a base discursiva dessa diplomacia pública que preza pela inserção de maneira coerente dialoga com a complexidade dos padrões brasileiros de condução da sua política externa. Depreende-se, então, que o PEC-G, fruto de uma diplomacia cultural que busca responder as demandas de um sistema mais horizontal e com crescente número de atores, se configura como um processo complexo de trocas que tem garantido a eficácia, a longo prazo, do poder brando brasileiro. Se compreendido como um programa que busca perpetuar relações de igualdade, deve

distanciar-se de abordagens reducionistas que levam a construção de um estudo simplesmente normativo (LEITE, 2012). Logo, o estudo quantitativo fez-se necessário para que pudessem ser mensurados os resultados alcançados com essa modalidade de cooperação.

As políticas públicas, como a diplomacia cultural e educacional, devem ser sempre revisadas, avaliadas e sistematizadas, pois, são recursos públicos e compromissos estabelecidos entre países e, em último grau, entre pessoas. Desse modo, há que se criar condições para avaliar as reais necessidades e quais devem ser os procedimentos necessários para que haja garantia do sucesso acadêmico desses alunos.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, A. E. **Strategic Triad: The Form and Content in Brazil's Triangular Cooperation Practices**. In: CHISHOLM, Linda; STEINER-KHAMSI, Gita (orgs.),
- ALMEIDA, Maria Regina Flor e. **A diplomacia pública**. Negócios Estrangeiros, Lisboa, n. 6, p. 61-72, dez. 2003. Disponível em: . Acesso em: 23 fev. 2015.
- AMARAL, Joana de Barros. **Atravessando o Atlântico: o Programa estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira**. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, UnB, Brasília, 2013.
- AMORIM, Celso Luiz Nunes. **Integração Sul-americana. Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília, n 10, p. 5-26, out/dez. 2009.
- _____. **Perspectivas da Cooperação Internacional. Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão**. MARCOVITCH, Jacques (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994
- ATKINSON, Carol. Does Soft Power Matter? A Comparative Analysis of Student Exchange Programs 1980-2006. In **Foreign Policy Analysis** (2010) 6, p. 1-22.
- BARACHO, Maria Amarante Pastor; e REIS, André. **Estado, cultura e mercado na era da globalização: reflexões e possibilidades**. Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <http://www.duo.inf.br/culturaonline/> Acesso em 26 out. 2017.
- BRASIL. Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME). Brasília: **Itamaraty**. Disponível em <
<http://www.dce.mre.gov.br/Marinha/PEPME.php>> : . Acesso em: 4 nov. 2017.
- _____. Agência Brasileira de Cooperação. **Ministério das Relações Exteriores**. CGPD – Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. Brasília, 2012a. Disponível em <http://www.abc.gov.br/SobreAbc/Direcao/CGPD> . Acesso em 17 set. 2017.
- _____. MRE. **Divisão de Temas Educacionais**. Histórico do PEC-PG. Disponível em [<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>]. Acesso em 04/03/2018.

_____. Programa Anual de Cursos de Curta Duração (PACCD). Brasília: **Itamaraty**, [s.d.]d. Disponível em: < <http://www.dce.mre.gov.br/Marinha/PACCD.php>> . Acesso em: 4 nov. 2017.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT**, 3., 2007, Salvador, Bahia. Anais... Salvador: ENECULT, 2007.

CERVO, Amado Luis. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. O Brasil na atual ordem mundial. Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 1, n. 2, Jul-Dez 2012, p. 37-59

_____. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cultuar ou Cultivar**. In: Revista Teoria e Debate, São Paulo n. 8, out./dez. 1989.

DUMONT, Juliette et FLECHET, Anais. **Pelo que é nosso! Naissance et Developpement de la Diplomatie Culturelle Brèsilienne au XXe siècle**. Relations Internationales, Paris, n. 137, p. 61-75, 2009.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; PARADIS, Clarisse Goulart. Humanism and solidarity in Brazilian foreign policy under Lula (2003-2010): theory and practice. Paper apresentado na **World International Studies Committee - WISC** Porto, Portugal, 17-20 August 2011.

FINZETTO, Y. C. **Difusão da Cultural Brasileira no exterior: a Divisão de Operações de Difusão Cultural do Itamaraty no governo de Lula**. Tese (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2017. p. 88)

FURTADO, Celso – **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1ª Edição, 1984.

GIL, Gilberto. Discurso do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, durante palestra no Instituto Rio Branco. Brasília, 25 de março de 2008. **Ministério da Cultura**, 2010. Disponível em [<http://www.cultura.gov.br/discursos/>](http://www.cultura.gov.br/discursos/)

[/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-durante-palestra-no-instituto-rio-branco-146076/10883?>](/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-durante-palestra-no-instituto-rio-branco-146076/10883?) Acesso em 10 nov. 2017.

GRISWOLD, Wendy. **Cultures and Societies in a Changing World**. Chicago: Sage, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade na Pós- Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A editora, 1999.

HOUSE OF COMMONS, **Cultural Diplomacy**. Session 1986, p VI.

IPEA. Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional : 2005-2009 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, **Agência Brasileira de Cooperação**. - Brasília : Ipea : ABC, 2010.

KENDRICK, Alice and FULLERTON, Jami A., Advertising as Public Diplomacy: Attitude Change among International Audiences. In **Journal of Advertising Research**, September 2004.

Keohane, R. 1984, **After Hegemony: Cooperations and Discord in the World Political Economy**. New Jersey: Princeton University Press).

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LEITE, I.C. Cooperação sul-sul: conceito, história e marcos interpretativos. **Observatório político sul-americano**, v. 7, n. 3, 2012.

LEONARD, Mark; STEAD, Catherine; SMEWING, Conrad. **Public Diplomacy**. London: The Foreign Policy Centre, 2002. 183 p. Disponível em: <<http://fpc.org.uk/fsblob/35.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

LIMA, Maria Regina Soares & HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, Vol.82, No.1, 2006, pp.21-40.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: respostas a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York, W. W. Norton, 2003.)

MELISSEN, Jan (Ed.). **The New Public Diplomacy - Soft Power in International Relations**. New York, N.Y.: Palgrave Macmillan, 2005

MENDONÇA JUNIOR, Wilson; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (2015). A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 58, p. 5-22.

MERLE, Marcel. **Forces et enjeux dans le relations internationales**, Economia, Paris. 2^a edição, 1985

MOREIRA, A. **A Diplomacia Pública, Diplomacia e Diplomatas – Retratos, Cerimonias e Práticas**. (2004)

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chalé João (2007). Alteridades e fluxos migratórios no “Atlântico Negro”: estudantes africanos no Sul do Brasil. In JARDIM, Denise Fagundes (org.). **Cartografias da imigração: Interculturalidade e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 189-215.

MURROW apud PUC – RIO (2010). **Soft Power e Diplomacia Pública**, Maxwell, N.º081, p.22.

NYE (Jr.), J. S. **Soft Power and Cultural Diplomacy**. 2010. Disponível em: <
<http://www.publicdiplomacymagazine.com/soft-power-and-cultural-diplomacy/>> .
 Acesso em: 1 dez. 2017.

_____. **The future of Power**. Nova Iorque: PublicAffairs, 2011

_____. **Understanding International Conflicts. An Introduction to Theory and History**. New York: Longman sixth edition, 2007.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil – Nação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUADRO, Jânio. **A Nova Política Externa do Brasil**. *Revista Brasileira de Política Internacioanl*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 16, p. 150-156, dez. 1961.

- RIBEIRO. Edgard Telles. **Diplomacia cultural - seu papel na política externa brasileira**. IPRI. 1989.

SANTOS, Boaventura e MENESES, Maria Paula (Org). **Epistemologias do Sul**, Cortez Editora, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 118, p. 219-236, abr./jun. 1996.

SGUISSARDI, V. Universidade pública estatal: entre o público e o privado mercantil. **Educação e Sociedade**, vol. 26, nº 90, p. 191-222, Jan/Abr. 2005

SILVA, Luis Inácio Lula da. **Pronunciamento do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília – DF. 01 de janeiro de 2003. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/download> Acesso em 27 out. 2017.

SILVA, Marco Antonio de Menezes. **Teoria Crítica em Relações Internacionais**. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 27 n.2, p. 249-282, jul./dez. 2005.

SOUTH-SOUTH COOPERATION IN EDUCATION AND DEVELOPMENT. Nova York/Londres: **Teachers College Press**, 2007

SUPPO, Hugo R. (2003) Gilberto Freyre e a imagem do Brasil no mundo. **Cena Internacional** (UNB), Brasília, v. 5, n.2, p. 40-58.)

TUCH, Hans apud MARINI, M. (2008). **La Diplomacia Pública. Una Ocasión para Recontar la Argentina a los Italianos**. Roma: Ministério Affari Esteri – Università per Stranieri de Perugia; p.20

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Unesco: Paris, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> Acesso em: 16 set. 2017.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Boston: McGraw-Hill, 1979).

WOLF, C. e Rosen B. (2005). **Public Democracy: Lessons from King and Mandela**, Policy Review, N.º133.